



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA (PPGCP)

JUBERLÂNIA MELO BARROS COSTA

**AS FACÇÕES E A ESTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS: O
CASO DO (P)MDB NO ESTADO DA PARAÍBA**

CAMPINA GRANDE - PB
2023

JUBERLÂNIA MELO BARROS COSTA

**AS FACÇÕES E A ESTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS: O
CASO DO (P)MDB NO ESTADO DA PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande, pertinente à linha de pesquisa Instituições Políticas e área de concentração Estado e Governo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Kelly Cristina Costa Soares
Coorientador: Prof. Dr. José Raulino Chaves Pessoa Júnior

CAMPINA GRANDE - PB
2023

C837f

Costa, Juberlânia Melo Barros.

As facções e a estabilidade das organizações partidárias: o caso do (P)MDB no Estado da Paraíba / Juberlânia Melo Barros Costa. – Campina Grande, 2023.

83 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação: Profa. Dra. Kelly Cristina Costa Soares, Prof. Dr. José Raulino Chaves Pessoa Júnior".

Referências.

1. Partidos Políticos – (P)MDB da Paraíba. 2. Hegemonia Partidária – Conflitos e Facções – Estabilidade. I. Soares, Kelly Cristina Costa. II. Pessoa Júnior, José Raulino Chaves. III. Título.

CDU 329(813.3)(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM CIENCIA POLITICA
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

FOLHA DE ASSINATURA PARA TESES E DISSERTAÇÕES

JUBERLÂNIA MELO BARROS COSTA

AS FACÇÕES E A ESTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS: O CASO DO (P)MDB NO ESTADO DA PARAÍBA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovada em: 28/08/2023

Profa. Dra. Kelly Cristina Costa Soares - PPGCP/UFCG

Orientadora

Prof. Dr. José Raulino Chaves Pessoa Júnior - PPGPP/UECE

Coorientador

Prof. Dr. Clóvis Alberto Vieira de Melo - PPGCP/UFCG

Examinador(a) Interno

Profa. Dra. Monalisa Soares Lopes - UNICAP/PE

Examinador(a) Externo



Documento assinado eletronicamente por **CLOVIS ALBERTO VIEIRA DE MELO, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 28/08/2023, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **KELLY CRISTINA COSTA SOARES, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 28/08/2023, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Raulino Chaves Pessoa Júnior, Usuário Externo**, em 28/08/2023, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monalisa Soares Lopes, Usuário Externo**, em 07/12/2023, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **3725901** e o código CRC **A173DDFB**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM CIENCIA POLITICA
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

ATA DA DEFESA PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIA POLÍTICA, REALIZADA EM
28 DE AGOSTO DE 2023

CANDIDATO(A): **JUBERLÂNIA MELO BARROS COSTA**. COMISSÃO EXAMINADORA: Kelly Cristina Costa Soares, Doutora, PPGCP/UFCG, Presidente da Comissão e Orientadora; José Raulino Chaves Pessoa Júnior, Doutor, PPGPP/UECE, Coorientador; Clóvis Alberto Vieira de Melo, Doutor, PPGCP/UFCG, Examinador(a) Interno(a); Monalisa Soares Lopes, Doutora, PROFSOCIO/UFC, Examinador(a) Externo(a). TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: AS FACÇÕES E A ESTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS: O CASO DO (P)MDB NO ESTADO DA PARAÍBA.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Estado e Governo.

HORA DE INÍCIO: 10h – <https://meet.google.com/sjt-dwrv-xfi>

Em sessão pública, após exposição, a candidata foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo demonstrado suficiência de conhecimento e capacidade de sistematização no tema de sua dissertação, obtendo conceito **APROVADA**. Face à aprovação, declara o(a) presidente da Comissão, achar-se a examinada, legalmente habilitado a receber o Grau de Mestre em Ciência Política, cabendo a Universidade Federal de Campina Grande, como de direito, providenciar a expedição do Diploma, a que o mesmo faz jus. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é assinada por mim, Márcia Cristina M. Porto e os membros da Comissão Examinadora.

Campina Grande, 28 de agosto de 2023.

Profa. Dra. Kelly Cristina Costa Soares - PPGCP/UFCG
Presidente da Comissão e Orientadora

Prof. Dr. José Raulino Chaves Pessoa Júnior - PPGPP/UECE
Coorientador

Prof. Dr. Clóvis Alberto Vieira de Melo - PPGCP/UFCG
Examinador(a) Interno(a)

Profa. Dra. Monalisa Soares Lopes - UNICAP/PE

Examinador(a) Externo(a)

Juberlânia Melo Barros Costa

Discente

Márcia C. M. Porto

Secretária

2 - APROVAÇÃO

2.1. Segue a presente Ata de Defesa de Dissertação da candidata Juberlânia Melo Barros Costa, assinada eletronicamente pela Comissão Examinadora acima identificada.

2.2. No caso de examinadores externos que não possuam credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os examinadores internos signatários certificam que os examinadores externos acima identificados participaram da defesa de dissertação e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **KELLY CRISTINA COSTA SOARES, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 28/08/2023, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLOVIS ALBERTO VIEIRA DE MELO, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 28/08/2023, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Raulino Chaves Pessoa Júnior, Usuário Externo**, em 28/08/2023, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juberlania Melo Barros Costa, Usuário Externo**, em 28/08/2023, às 12:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA CRISTINA MARQUES PORTO, SECRETÁRIO (A)**, em 28/08/2023, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monalisa Soares Lopes, Usuário Externo**, em 07/12/2023, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **3722164** e o código CRC **85A3CD78**.

Referência: Processo nº 23096.063375/2023-69

SEI nº 3722164

Ao meu filho Hermani Neto, minha maior fonte de motivação. Ao meu pai José Higino Barros (in memoriam), que sempre se fará presente em todas as minhas conquistas. À minha prima/irmã Juciana Barros (in memoriam), que foi, nesta vida, uma das pessoas que mais acreditou em mim e me impulsionou, com as suas palavras sempre gentis e exaltadoras.

AGRADECIMENTOS

Ao meu filho Hermani Neto, por ser minha maior fonte de motivação.

À minha família, especialmente minha mãe Célia Melo, por sempre ter me apoiado nos estudos e torcido por minhas conquistas, e a minha irmã Evandra, por ter se feito presente nos momentos em que eu mais precisei.

À minha orientadora e professora, Kelly Cristina Soares, por ter aceito esse desafio e por ter contribuído com o seu conhecimento acadêmico.

Ao meu coorientador Raulino Chaves Pessoa Júnior, pela paciência, por também ter aceito esse desafio e por ter despertado em mim o interesse na pesquisa em Partidos Políticos, através de sua expressiva contribuição acadêmica.

Por fim, e não menos importante, aos meus colegas do Programa de Mestrado em Ciência Política da UFCG, pela parceria formada durante esses dois anos e pelas trocas de conhecimento, em especial, às minhas colegas Brenda e Mariana, com quem compartilhei, reciprocamente, as angústias e alegrias durante essa trajetória.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo investigar as causas que levaram o (P)MDB a perder sua hegemonia política no estado da Paraíba. Para isso fez-se necessário fazer um levantamento dos cargos eletivos ocupados pelo partido desde a sua fundação no estado até os dias atuais, além de uma análise aprofundada dos acontecimentos políticos e sociais mais relevantes, nos quais essa organização partidária teve participação direta. Ela torna-se relevante mediante a importância de se tentar compreender o momento de recessão que o (P)MDB paraibano vem enfrentando, sendo que já foi uma das principais bases políticas e eleitorais do partido a nível nacional, além de buscar se aprofundar na discussão em torno dos conflitos exercidos pelas facções no interior dos partidos políticos e as possíveis consequências para a estabilidade dessas organizações. Para a realização dessa pesquisa foram utilizadas técnicas de coleta de dados de natureza quantitativa e qualitativa. No que se refere às informações quantitativas foi elaborado um banco de dados obtido através dos sites do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE/PB), onde foram coletados dados como número de filiados e de ocupantes de cargos eletivos. A análise permitiu entender os conflitos intrapartidários entre as facções maranhistas e ronaldistas, com a consequente cisão do partido no ano de 2001, que se deu com a saída do grupo Cunha Lima para o PSDB, estabeleceram a crise político/eleitoral no (P)MDB, iniciada no início dos anos 2000 e que perdura até os dias atuais.

Palavras-chave: Hegemonia – Partido – Conflitos – Facções – Estabilidade.

ABSTRACT

The present research aims to investigate the causes that led the (P)MDB to lose its political hegemony in the state of Paraíba. To achieve this, it was necessary to carry out a survey of the elected positions held by the party since its founding in the state to the present day, in addition to an in-depth analysis of the most relevant political and social events, in which this party organization had direct participation. It becomes relevant due to the importance of trying to understand the moment of recession that the (P)MDB of Paraíba has been facing, as it was once one of the party's main political and electoral bases at national level, in addition to seeking to deepen the discussion around the conflicts exercised by factions within political parties and the possible consequences for the stability of these organizations. To carry out this research, quantitative and qualitative data collection techniques were used. With regard to quantitative information, a database was created obtained through the websites of the Superior Electoral Court (TSE) and the Regional Electoral Court of Paraíba (TRE/PB), where data such as the number of members and office holders were collected. electives. The analysis allowed us to understand the intra-party conflicts between the Maranhão and Ronaldista factions, with the consequent split in the party in 2001, which occurred with the departure of the Cunha Lima group to the PSDB, establishing the political/electoral crisis in the (P)MDB , which began in the early 2000s and continues to this day.

Keywords: Hegemony – Party – Conflicts – Factions – Stability.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Números de cargos eletivos ocupados pelo (P)MDB paraibano nas eleições gerais entre os anos de 1986 e 1998	44
Tabela 2-Números de cargos eletivos ocupados pelo (P)MDB paraibano nas eleições municipais entre os anos de 1982 e 1996	44
Tabela 3-Posição do (P)MDB paraibano no Ranking nacional do partido, em números de cargos eletivos nas eleições gerais de 1994 a 2000	45
Tabela 4 - Resultado das eleições de 1990, para o cargo de Governador do estado da Paraíba	49
Tabela 5 - Resultado das eleições de 1994, para o cargo de Governador do estado da Paraíba	49
Tabela 6 - Resultado das eleições de 1994, para o cargo de Senador do estado da Paraíba	55
Tabela 7-Resultados das eleições de 1998, para o cargo de Governador da Paraíba	59
Tabela 8-Resultado das eleições de 2022, para o cargo de Senador da Paraíba.....	59
Tabela 9-Resultado das eleições do 2º turno de 2006, para o cargo de Governador do estado da Paraíba	60
Tabela 10-Resultado das eleições do 2º turno de 2010, para o cargo de Governador do estado da Paraíba	60
Tabela 11-Resultado das eleições do 1º turno de 2012, para o cargo de prefeito do município de João Pessoa/PB	61
Tabela 12-Resultado das eleições de 2014, para o cargo de Senador do estado da Paraíba	61
Tabela 13-Resultado das eleições de 2018, para o cargo de Governador da Paraíba	62
Tabela 14-Resultado das eleições de 2006, para o cargo de Senador do estado da Paraíba	67
Tabela 15- Números de cargos eletivos ocupados pelo (P)MDB paraibano nas eleições de 1986 a 2022	70
Tabela 16- Números de cargos eletivos ocupados pelo (P)MDB paraibano nas eleições municipais entre os anos de 1982 a 2020	71
Tabela 17- Números de cargos eletivos ocupados pelo PSDB paraibano nas eleições de 1990 a 2006	71

Tabela 18 - Números de cargos eletivos ocupados pelo PSDB paraibano nas eleições municipais entre os anos de 1988 a 2008	71
Tabela 19 - Resultado do 1º turno das eleições de 2022, para o cargo de Governador do estado da Paraíba	73
Tabela 20- Números de cargos eletivos ocupados pelo (P)MDB nas eleições de 1994 a 2022	73
Tabela 21-Números de cargos eletivos ocupados pelo (P)MDB nacional e paraibano, nas eleições municipais entre os anos de 1996 a 2020	74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-Relação entre o percentual de cadeiras ocupadas pelo (P)MDB nacional e paraibano no Senado Federal, nas eleições de 1982 a 1998.....	45
Gráfico 2-Relação entre o percentual de cadeiras ocupadas pelo (P)MDB nacional e paraibano na Câmara dos Deputados, nas eleições de 1982 a 1998.....	46
Gráfico 3-Relação entre o percentual de cadeiras ocupadas pelo (P)MDB nacional e paraibano nas Assembleias Legislativas, nas eleições de 1982 a 1998.....	46
Gráfico 4-Relação entre o percentual de prefeituras conquistadas pelo (P)MDB nacional e paraibano, nas eleições de 1982 a 2000	47
Gráfico 6-Número de cargos eletivos ocupados pelo (P)MDB e PSDB nas eleições de 1998, 2002 e 2006	72
Gráfico 7-Número de filiados do (P)MDB paraibano entre os anos de 2013 e 2023.....	75

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AI	Ato Institucional
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DEM	Democratas
DF	Distrito Federal
DHBB	Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro
Dr.	Doutor
Dra.	Doutora
EC	Emenda Constitucional
EDMETA	Editora Meta
EDUEP	Editora Universitária da Universidade Estadual da Paraíba
FAC	Fundação de Ação Comunitária
FGV	Fundação Getúlio Vargas
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MT	Mato Grosso
N.	Número
p.	Página
PARAIBAN	Banco do Estado da Paraíba
PB	Paraíba
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PF	Polícia Federal
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPGCP	Programa De Pós-Graduação Em Ciência Política
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
Prof.	Professor
Profa.	Professora
PSB	Partido Socialista Brasileiro

PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SGIP	Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TV	Televisão
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
V.	Volume

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	A ESTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS E O CONFLITO ENTRE AS FACÇÕES	22
2.1	OS PARTIDOS POLÍTICOS E SUAS SUBUNIDADES	22
2.2	OS INCENTIVOS ORGANIZATIVOS DOS PARTIDOS POLÍTICOS: COLETIVOS E SELETIVOS	24
2.3	O CONTROLE DAS ZONAS DE INCERTEZAS	26
2.4	A COALIZÃO DOMINANTE E SUA TIPOLOGIA	29
2.5	A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS ...	31
2.6	A ESTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS	34
3	A TRAJETÓRIA DO (P)MDB PARAIBANO E O SEU PAPEL NA CONJUNTURA NACIONAL DO PARTIDO	37
3.1	O (P)MDB NA PARAÍBA E A DITADURA MILITAR.....	37
3.2	A REDEMOCRATIZAÇÃO E A HEGEMONIA (P)MEDEBISTA.....	43
4	A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO (P)MDB PARAIBANO: DOS EMBATES INTRAPARTIDÁRIOS À CRISE INSTAURADA	52
4.1	APRESENTANDO OS PERSONAGENS.....	52
	<i>O líder dos ronaldistas: o Senador Ronaldo Cunha Lima</i>	<i>52</i>
	<i>O líder dos maranhistas: o Governador José Maranhão</i>	<i>56</i>
4.2	OS CONFLITOS INTRAPARTIDÁRIOS E OS SEUS DESDOBRAMENTOS.....	62
4.3	A MUDANÇA ORGANIZATIVA DO (P)MDB PARAIBANO E AS CONSEQUÊNCIAS ELEITORAIS PARA O PARTIDO	67
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
	REFERÊNCIAS	81

1 INTRODUÇÃO

O Movimento Democrático Brasileiro – MDB surgiu como um partido de oposição durante a Ditadura Militar, compondo o bipartidarismo da época juntamente com a Aliança Renovadora Nacional – ARENA. Segundo Mello (2010), com o fim do bipartidarismo, o partido sofreu uma fragmentação, perdendo alguns de seus líderes, porém, manteve-se sempre como protagonista no cenário eleitoral, principalmente no interior do país.

Na Paraíba, o (P)MDB alcançou seu auge entre os anos de 1986 e 1998, o partido dominou o cenário político do estado de uma maneira impressionante, possuindo uma de suas maiores bases política e eleitoral do país. Durante esses quatro ciclos eleitorais, o (P)MDB elegeu 4 governadores e 6 senadores, não tendo perdido nenhuma eleição para esses cargos. Nas eleições de 1994, o partido conquistou 19 das 36 cadeiras na Assembleia Legislativa, e 7 cadeiras das 12 disputadas na Câmara dos Deputados.

Em setembro de 1995, com a morte do então governador do estado Antônio Mariz, seu vice, o também pemedebista José Targino Maranhão, assumiu o poder. A partir daí, mesmo que de maneira implícita, o partido dividiu-se em dois grupos, um liderado pelo então governador e o outro pelo então senador Ronaldo Cunha Lima, político de extrema influência regional e um dos fundadores do (P)MDB na Paraíba. Porém, foi no ano de 1998, com a aproximação das convenções partidárias que a disputa entre os grupos se tornou mais acirrada, sendo exposta para além do partido. Com a vitória de José Maranhão nas convenções e, conseqüentemente, com a sua reeleição, a situação entre as duas facções passou a ficar insustentável, com graves acusações públicas de ambos os lados, até que no ano de 2001 o grupo Cunha Lima rompeu com o (P)MDB, migrando para o PSDB^{1 2}.

No ano de 2002, o (P)MDB perdeu sua primeira eleição para o governo do estado desde as eleições de 1982, a disputa se deu entre o pemedebista Roberto Paulino, que era vice-governador de José Maranhão, e Cássio Cunha Lima, filho do senador Ronaldo Cunha Lima e agora filiado ao PSDB. Nessas eleições, o (P)MDB sofreu uma forte

¹ Governador e senador da Paraíba disputam convenção acirrada. **Folha de Londrina**, Londrina, 13 jun. 1998. Disponível em: <http://www.folhadelondrina.com.br>. Acesso em: 11 fevereiro 2022.

² Pronunciamento de Ronaldo Cunha Lima. **Senado Federal**, Brasília, 18 jun. 1998. Disponível em: <http://www.25.senado.leg.br>. Acesso em: 12 fevereiro de 2022.

redução em suas bancadas, elegendo apenas 8 deputados estaduais e 4 deputados federais, apesar de ter conseguido eleger o senador José Maranhão. A partir daí o partido sofreu uma forte redução no estado³, perdendo prefeituras e aliados importantes, não tendo, até as eleições de 2022 conseguido eleger um governador, chegando a fatídica situação de eleger apenas um deputado estadual nas eleições de 2018 e dois nas eleições de 2022, e não ter conseguido, por dois pleitos consecutivos (2018-2022), eleger nenhum representante para a Câmara dos Deputados. Diante desse cenário exposto, essa pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: o que ocasionou o fim da hegemonia política do (P)MDB no estado da Paraíba?

Inicialmente, para responder tal pergunta se fará necessário dispor do conceito das subunidades partidárias, mais precisamente, da facção, que será a denominação utilizada neste estudo. Para isso, dois autores serão preponderantes na construção desta concepção, Sartori (1982) e Panebianco (2005), tendo sido deste último, a adoção do termo facção.

Para Sartori (1982), o partido deve ser entendido como uma unidade de análise dividida em subunidades. Segundo o autor, para que seja possível compreender a organização partidária é necessário que haja um aprofundamento no estudos dessas subunidades, as quais ele denominou de frações, remetendo a ideia mesmo de um fracionamento.

Enquanto Panebianco (2005), prefere dividir essas subunidades partidárias em dois grupos: as tendências, que acordo com ele, seriam grupos considerados poucos organizados, e as facções, que são os grupos com um alto poder de organização. Sendo este último o termo utilizado durante este trabalho, haja vista, a estrutura organizacional que possuíam os dois movimentos que dividiram o (P)MDB paraibano a partir de meados da década de 1990.

O tema partidos políticos é uma fonte inesgotável de estudo para a Ciência Política. O (P)MDB é considerado o maior partido político do Brasil, em termos de números e de importância no cenário político e histórico do país. Devido a influência que este partido exerce nos poderes legislativo e executivo, acrescido de suas estratégias eleitorais tanto no âmbito nacional, quanto no regional, faz com que já tenha sido objeto de vários estudos, sob diversos aspectos, dentre eles: CARVALHO (2019), FERREIRA (2002), PALMEIRA (2015), MOTTA (1993), TORRES E PESSOA JÚNIOR (2020). Entretanto, no que diz respeito às pesquisas relacionadas à atuação dessa organização

³ BERTONI, Estevão. Esvaziado e com poucos aliados, MDB tenta voltar ao poder na Paraíba. **Veja**, [S. l.], 18 ago. 2018. Política. Disponível em: <http://www.veja.abril.com.br>. Acesso em: 13 fevereiro de 2022.

partidária no cenário estadual, essas são bastante escassas, podendo destacar alguns poucos estudos, como o realizado no Ceará, por PESSÔA JÚNIOR (2018 e 2019), em Mato Grosso do Sul, por BARBOSA (2014), em São Paulo, por BIZARRO NETO (2013), e na Paraíba, por MELLO (2010).

Sendo assim, a presente pesquisa se torna relevante mediante a importância de se tentar compreender o momento de recessão que o (P)MDB vem enfrentando, sobretudo no estado da Paraíba que já foi uma das suas principais bases políticas e eleitorais, além de buscar se aprofundar na discussão em torno dos conflitos exercidos pelas facções no interior dos partidos políticos e as possíveis consequências para a estabilidade dessas organizações.

No que tange, especificadamente, às disputas intrapartidárias, o (P)MDB paraibano chama a atenção, pelo fato desses desentendimentos terem ultrapassado as fronteiras partidárias, sendo, diariamente, pauta da imprensa local e nacional, bem como, objeto de discussão do diretório nacional, que, segundo Mello (2010), vez ou outra, era chamado a intervir.

Esta pesquisa pretende contribuir para o debate e tem como objetivo central investigar as causas que levaram o (P)MDB a perder sua hegemonia político-eleitoral no estado da Paraíba. Para Sartori (1982), uma organização partidária torna-se hegemônica, quando, embora, outros partidos participem da disputa eleitoral formalmente, não conseguem competir em termos antagônicos, deixando de haver alternância no poder. Para isso, fez-se necessário realizar um levantamento dos cargos eletivos ocupados pela organização, desde a sua fundação no estado, até os dias atuais, além de uma análise aprofundada dos acontecimentos políticos e sociais mais relevantes, nos quais o (P)MDB teve participação direta.

Com o intuito de responder o problema proposto, fez-se necessária a realização de uma pesquisa empírica, de cunho descritivo, cuja a unidade de análise foi o (P)MDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) paraibano, com recorte temporal entre os anos de 1998 e 2022, embora a coleta de dados remeta-se desde a fundação do partido.

Para a realização dessa pesquisa foram utilizadas técnicas de coleta de dados de natureza quantitativa e qualitativa. No que se refere às informações quantitativas foi elaborado um banco de dados obtido através dos sites do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE/PB), onde foram coletados dados como número de filiados e de ocupantes de todos os cargos eletivos.

Apesar da utilização de dados quantitativos, o foco da investigação está na realização de uma pesquisa qualitativa, que busca compreender a redução do partido em números e importância política no âmbito estadual. Para isso, em uma segunda etapa, fez-se necessário recorrer à análise de documentos oficiais do partido, além de jornais da época dos principais acontecimentos.

Por fim, com os dados coletados, passou-se a fase de organização e tratamento dos mesmos, tendo sido distribuídos em tabelas e gráficos, objetivando traçar uma comparação entre o número de cargos obtidos pelo (P)MDB nas eleições da década de 1980 e meados da década de 1990, com os obtidos a partir do início dos conflitos entre as facções “ronaldistas” e “maranhistas”, até as eleições de 2022, como forma de auxiliar no alcance da resposta ao questionamento inicial desta pesquisa.

Além da introdução e das considerações finais, a dissertação apresenta três capítulos. O Capítulo 1, intitulado “A estabilidade das organizações partidárias e o conflito entre as facções”, faz uma revisão da literatura, apresentando os conceitos e discussões sobre os incentivos oferecidos dentro do partido, o controle das zonas de incertezas, a coalizão dominante, o processo de institucionalização, a estabilidade das organizações partidárias e o conflito entre as facções. Para um melhor aprofundamento no tema, a abordagem já utiliza o (P)MDB como unidade de análise e, para isso, faz-se necessário trazer outras discussões sobre o partido, buscando compreender como as facções e a coalizão dominante inseriram-se na organização partidária, tanto no âmbito nacional, quanto no estadual.

O Capítulo 2, denominado como “A trajetória do (P)MDB paraibano e o seu papel na conjuntura nacional do partido”, traz uma abordagem sobre o sistema partidário, com ênfase no subsistema partidário da Paraíba, antes de apresentar a trajetória do partido no estado, que se dará desde a sua fundação até o ano de 1998. Tal discussão faz-se necessária para ajudar a compreender a hegemonia política e eleitoral alcançada pelo (P)MDB paraibano por mais de uma década.

Por fim, o Capítulo 3, intitulado “A estrutura organizacional do (P)MDB paraibano: dos embates intrapartidários à crise instaurada”, é feita uma análise da estrutura organizacional do (P)MDB da Paraíba, abordando a trajetória política dos seus principais líderes, com um enfoque nas disputas intrapartidárias no desdobramento da crise enfrentada pelo partido. Nesse capítulo são apresentados os resultados da pesquisa e, conseqüentemente, a resposta ao questionamento inicial.

É importante destacar, que a presente pesquisa não tem o propósito de encerrar a discussão acerca do tema proposto, mas, pelo contrário, despertar em outros pesquisadores a necessidade de estudar os partidos políticos no âmbito regional, buscando compreender os motivos que levam uma organização a entrar em crise em uma determinada região e em outras não, bem como, estudar os conflitos intrapartidários dentro dos diretórios estaduais e as suas consequências para a conjuntura do partido como um todo.

2 A ESTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS E O CONFLITO ENTRE AS FACÇÕES

Este capítulo faz uma revisão da literatura sobre as relações intrapartidárias, nesse contexto serão trabalhados conceitos basilares ao desenvolvimento da pesquisa, tais como, o fracionamento partidário, os incentivos organizativos, as zonas de incerteza, as coalizões dominantes, a institucionalização e a estabilidade das organizações partidárias.

Apesar do tópico ter por objetivo trazer uma discussão mais teórica acerca das relações internas dos partidos políticos, para um melhor aprofundamento no tema, em alguns momentos, a abordagem já utilizará o (P)MDB como unidade de análise, buscando compreender como as facções e a coalizão dominante inseriram-se na organização partidária, tanto no âmbito nacional, quanto no estadual.

Para uma melhor compreensão buscou-se dividir o presente capítulo em cinco subtópicos: os partidos políticos e suas subunidades; os incentivos organizativos dos partidos políticos; o controle das zonas de incertezas; as coalizões dominantes; a institucionalização das organizações partidárias; e, por fim, os reflexos na estabilidade das agremiações partidárias, tanto no âmbito interno, quanto no ambiente eleitoral.

2.1 OS PARTIDOS POLÍTICOS E SUAS SUBUNIDADES

Inicialmente, este estudo não tem por finalidade discutir a origem do termo facção, pois acredita-se que o debate em torno do significado desse termo já se encontra pacificado, sendo as facções para a Ciência Política, nada mais que tipos de subunidades partidárias, necessitando apenas diferenciá-las dos demais grupos.

Sartori (1982, p. 93) considera o partido como uma unidade de análise, assim como o sistema partidário uma unidade de análise mais abrangente, porém, essa análise não estará completa, se não adentrar no estudo de suas subunidades. Para o autor, uma maneira de conseguir aprofundar-se no estudo de uma organização partidária é, primeiramente, adentrando em suas subunidades. É a partir do entendimento das relações estabelecidas através do fracionamento partidário, que se consegue compreender o partido como um todo. A partir dessa visão, Sartori (1982) faz a seguinte reflexão:

Qualquer que seja a disposição organizacional – formal e informal – um partido é um agregado de pessoas que formam constelação de grupos rivais. Um partido pode mesmo ser, quando observado de dentro uma confederação mal estruturada de subpartidos (SARTORI, 1982, p. 94).

Quanto à terminologia utilizada para denominar as subunidades partidárias, Sartori (1982) opta pelo termo frações que, segundo ele, remete a fracionamento, o que teria mais a ver com os grupos intrapartidários. Inclusive, faz uma crítica aos cientistas políticos americanos que aderiram ao termo facção, que para o autor está eivado de ambiguidade, não sendo, portanto, apropriado para a discussão em questão.

No entanto, Panebianco (2005, p. 75) aponta dois tipos de subunidades partidárias: as facções, considerados grupos com alto poder de organização; e as tendências, que são os grupos de fraca organização.

É importante salientar que a unidade de análise da pesquisa em questão não é o (P)MDB nacional, mas sim, paraibano. O (P)MDB sempre possuiu uma base geral bastante sólida, porém, diferente de outros partidos políticos, sempre agiu como uma federação, tendo uma grande representatividade regional, com um certo grau de independência do diretório nacional, chegando a ser comparado pelo ex-deputado pernambucano Fernando Lyra, às capitânicas hereditárias (*O Popular*, 29/8/1998 *apud* Ferreira, 2002, p. 158).

A cúpula nacional do partido é formada, em sua maioria, por representantes dos diretórios estaduais, sejam como presidentes ou apenas como líderes regionais, que ficam responsáveis por gerir as negociações no âmbito estadual, obtendo uma certa autonomia em relação à executiva federal.

Essa autonomia, muitas vezes, facilita o surgimento do fracionamento partidário a nível regional, haja vista, por não seguirem a rigor as determinações da executiva nacional, ficando a cargo dos líderes estaduais as decisões quanto à formulação de alianças e à própria organização partidária. Em alguns casos, essas subunidades são de alta organização, ou seja, tratam-se de facções que travam fortes embates dentro da organização partidária em busca de domínio interno e no âmbito eleitoral, além de tentar alcançar notoriedade na cúpula nacional.

Sendo assim, o fracionamento partidário nem sempre ocorre no partido geral, mas dentro dos diretórios estaduais, como é o caso em epígrafe. E dependendo do nível de organização dessas subunidades partidárias, muitas vezes passam despercebidas pela cúpula nacional, mas considerando-se a importância dos embates estabelecidos, trazem

fortes consequências para a estabilidade dessas organizações, sejam nas relações internas ou na arena eleitoral.

Mas para uma melhor compreensão da atuação dos grupos intrapartidários e antes de adentrar na discussão acerca da estabilidade partidária, faz-se necessário abordar alguns conceitos indispensáveis ao desenvolvimento dessa pesquisa, dentre eles, os incentivos oferecidos aos membros e filiados do partido político.

2.2 OS INCENTIVOS ORGANIZATIVOS DOS PARTIDOS POLÍTICOS: COLETIVOS E SELETIVOS

Quando se trata de organização partidária, vários são os questionamentos que surgem no decorrer da discussão. Um desses questionamentos envolve as motivações encontradas pelos cidadãos para filiar-se a um partido político e, ainda mais, para se manter filiado e virar um militante.

Quais os caminhos percorridos pelo partido para que o membro defenda a sua instituição e não queira filiar-se a outra organização? Inicialmente, acredita-se que o cidadão busca fazer parte de um partido político por uma questão de afinidade ideológica ou, nos casos dos partidos vinculados a outra instituição, para fortalecer esta última, como também na busca de legitimar uma candidatura, nos casos dos políticos carreiristas.

No entanto, independentemente dos motivos que levam alguém a ingressar em um partido político, o fato é, que essas organizações precisam de alguma forma oferecer atrativos para que seus membros permaneçam, afinal, a filiação partidária, principalmente para os membros que não exercem cargos eletivos, ocorre de forma voluntária, não havendo qualquer sanção caso migrem para outras organizações.

Panebianco (2005, p. 17-18), aborda a teoria dos incentivos, na qual os líderes partidários buscam ofertar vantagens aos demais membros dos partidos, seriam os incentivos coletivos e os incentivos seletivos. Por incentivos coletivos, entende-se as vantagens oferecidas aos filiados, de forma igualitária, que beneficiem o todo. Enquanto que, os incentivos seletivos, seriam os benefícios concedidos aos membros de forma individualizada, não necessariamente atingindo a todos, nem de forma igualitária. Em suma, para o autor, os incentivos coletivos seriam aqueles vinculados à identificação com a organização, solidariedade e ideologia, ou seja, a militância ocorre por solidariedade aos companheiros de partido e por afinidade com a causa defendida pela instituição, enquanto os incentivos seletivos estariam relacionados ao poder, status e bens materiais.

No entanto, a discussão vai além de uma mera classificação dos tipos de incentivos, desdobrando-se para saber qual o tipo de incentivo é mais eficiente para a manutenção da estabilidade partidária. Neste sentido, Panebianco (2005) dispõe o seguinte:

A tese aqui defendida é de que os partidos, sendo ao mesmo tempo *burocracias* com exigências de continuidade organizativa e de estabilidade das próprias hierarquias internas e *associações voluntárias*, que devem garantir ao menos uma certa quota mínima de participação não-obrigatória, devem, simultaneamente, distribuir incentivos, tanto seletivos, quanto coletivos. Mesmo que, como veremos, o peso relativo de um ou de outro tipo de incentivo possa variar de partido para partido (PANEBIANCO, 2005, p. 18-19).

O fato é que como bem frisou o autor, o tipo de incentivo oferecido varia de partido para partido, e pode-se dizer mais, varia do momento e do tipo de organização que está estabelecida no mesmo partido político. Se a instituição está fracionada, é bem possível que os incentivos seletivos se sobressaiam, em decorrência da disputa intrapartidária pelo poder, fazendo com que as facções ofereçam benefícios materiais e até cargos, em troca do apoio dos militantes.

De acordo com Panebianco (2005, p. 20), é praticamente inviável excluir um dos tipos de incentivos da organização partidária, se tende a oferecer apenas incentivos seletivos, o partido político pode perder sua credibilidade e abrir espaço para membros que não estejam comprometidos com a causa partidária, buscando apenas vantagens pessoais, o que descaracterizaria a instituição. Por outro lado, ofertar apenas interesses coletivos afetaria a continuidade da organização, afinal, com o passar dos tempos, esta precisa de uma renovação. Sendo assim, para o autor, o ideal é que o partido busque um equilíbrio, mantendo tanto os interesses coletivos, para que não perca a sua identidade, como também, os interesses seletivos, na busca de renovação e manutenção da organização.

Em relação ao objeto de estudo desta investigação, pode-se observar que o (P)MDB, na sua gênese, durante o período da Ditadura Militar, não apresentava na sua totalidade identificação ideológica de oposição ao regime autoritário, pois muitos integrantes do partido que transitavam e mantinham relações com militares no governo, a exemplo de Ruy Carneiro⁴, principal nome do partido na Paraíba à época (Mello, 2010,

⁴ Rui Carneiro foi Deputado Federal (1935-1937), Deputado Estadual (1946), Governador da Paraíba (1940-1945) e Senador da República por quatro vezes (1951-1959/1959-1967/1967-1974/1975-1977), sendo duas delas pelo (P)MDB.

p. 46-47). No interior do estado não foi diferente, muitos líderes políticos buscavam filiar-se ao partido não por se opor ao Regime Militar, mas muitas vezes por ser mais conveniente, haja vista, em alguns municípios ou regiões, o seu adversário político ser filiado à ARENA. (Mello, 2010, p. 49). Nas palavras do aludido autor, pode-se verificar que os fundadores do (P)MDB paraibano foram extremamente pragmáticos no seu processo de formação:

A Humberto também competiu equacionar a problemática financeira do nascente MDB paraibano. Contou, para tanto, com desembolsos do futuro deputado Inácio Pedrosa, bastante ativo no eixo João Pessoa – Sapé. Vereador e futuro deputado Álvaro Magliano, abonado com a alienação do patrimônio da família ao Estado, em Mussurê, para implementação do Distrito Industrial de João Pessoa. Futuro Senador Ney Suassuna, de Catolé do Rocha, à época, empresário internacional de educação. Usineiro Odilon Ribeiro Coutinho, líder emedebista no Rio Grande do Norte, e a empresa Klabin, de São Paulo, vinculada aos esquemas de juscelinismo.

Foi com essas credenciais que o MDB da Paraíba passou à montagem dos diretórios municipais. Para tanto, contou, principalmente, sob a liderança de Humberto Lucena, assessorado pelo irmão, Haroldo, com ex-pessedistas, ex-trabalhistas e ex-socialistas (MELLO, 2010, p.47).

Sendo assim, pode-se dizer que o partido oferecia incentivos coletivos, visando a manutenção dos militantes que faziam oposição aos militares, mas, também, mantinha os incentivos seletivos para aqueles políticos com grande capacidade eleitoral, a fim de fortalecer o partido regionalmente e também nacionalmente, aumentando o número de representantes no Congresso Nacional.

2.3 O CONTROLE DAS ZONAS DE INCERTEZAS

Quando se fala das disputas intrapartidárias, Panebianco (2005, p. 65-66) afirma que, para que um determinado agente desequilibre os jogos de poder a seu favor, é necessário que ele domine o que o autor denominou de *zonas de incertezas*, que na sua visão consiste numa série de atividades vitais para a organização. Em seu estudo, ele classifica em seis as denominadas *zonas de incertezas*:

- a) Competência - a primeira *zona de incerteza* apontada por Panebianco (2005, p. 66), consiste na necessidade de que o líder político possua competência para a atividade que pretende exercer. De acordo com o autor, essa competência não está atrelada a nenhum conhecimento científico ou grau de instrução, mas sim, a experiência adquirida em suas relações, devendo ser reconhecida pelos

demais membros do partido. Se um determinado agente ou grupo domina essa *zona de incerteza*, terá um enorme atributo a seu favor dentro da organização partidária.

- b) As relações com o ambiente – o controle dessa segunda *zona de incerteza* é para o autor um dos mais fundamentais. Controlar as relações com o ambiente, seja dentro do partido, na arena eleitoral, ou na relação com outras instituições, faz com que o agente se sobressaia na disputa pelo poder intrapartidário. Em muitos casos, o membro do partido é um arrebatador de votos, ou tem um grande poder de articulação dentro e fora da organização, fazendo alianças com outras instituições, o que poderá elevar a organização a patamares superiores.
- c) A comunicação – para Panebianco (2005, p. 66), controlar essa *zona de incerteza* é crucial na disputa de poder. Segundo ele, é através dos meios de comunicação que se pode distribuir, manipular, retardar e até suprimir informações. Ao controlar esse recurso de forma eficaz, o agente ou grupo desequilibrará o jogo a seu favor.
- d) As regras formais – outra *zona de incerteza*, citada por Panebianco (2005, p. 68-69), a ser dominada para se sobressair na disputa pelo poder, é a do domínio das regras formais. É cediço que as instituições partidárias são regidas por estatutos, porém, esses apresentam as regras básicas a serem seguidas pelos membros do partido. O líder partidário ou grupo deve ter o domínio não só dessas regras, mas também, de suas interpretações. De acordo com o autor, por diversas vezes acordos tácitos são celebrados como forma de dispensar o cumprimento de alguns preceitos disposto pelo estatuto.
- e) Os financiamentos – este, sem sombra de dúvidas, é uma das *zonas de incertezas* apontadas por Panebianco (2005, p. 69-70) de suma importância na disputa intrapartidária. Quem dispõe de mais recursos financeiros, consegue não só aumentar as chances dentro do partido, mas, também, no âmbito externo. Nas convenções partidárias do (P)MDB no ano de 1998, esse foi o fator bastante debatido entre os grupos que dividiam o partido, as acusações eram mútuas, de que os líderes partidários estariam fazendo o uso de recursos financeiros para angariar votos dos delegados, tendo sido determinante no resultado final.

- f) O recrutamento – a última *zona de incerteza* apontada por Panebianco (2005, p. 70), trata dos requisitos para o recrutamento de filiados, bem como, para as promoções e ascensões dentro do partido. A depender do nível dos conflitos intrapartidários, é comum que alguns grupos tentem recrutar membros para que venham a fortalecer sua facção, bem como, é possível que o grupo adverso tente limitar o número de filiados ao perceber que tende a ficar na desvantagem.

Para o autor, dominar as *zonas de incertezas* é avançar na disputa pelo poder interno nos partidos políticos. O importante é que esse controle não fique concentrado nas mãos de um único grupo, do contrário, as regras do jogo serão afetadas. O ideal para a sobrevivência democrática da organização, é que haja um rateio no domínio dessas zonas, como forma de equilibrar o jogo e evitar possíveis arbitrariedades por parte de uma elite que venha a dominar o partido.

Os relatos históricos do (P)MDB paraibano, trazidos pelo historiador José Octávio de Arruda Mello, em sua obra intitulada “Da Resistência ao Poder: O (P)MDB na Paraíba (1965/1999)”, publicada em 2010, mostram que o domínio da competência, comunicação e do financiamento, sempre foi extremamente importante na disputa interna entre as elites partidárias. A competência eleitoral, ou seja, o político que tem um prestígio junto ao eleitorado, também terá junto aos membros partidários, haja vista, a vantagem de angariar votos para o partido, além, no caso dos que concorrem ao executivo, de aumentar as chances dos correligionários a ocuparem cargos públicos. Quanto ao domínio dos meios de comunicação, é bastante comum no estado, emissoras de rádios e televisões dividirem-se entre os grupos políticos, mas também, entre as próprias facções intrapartidárias. E, por fim, no que tange ao financiamento, o próprio (P)MDB, como bem afirmou Mello (2010), por inúmeras vezes abrigou empresários, que com um alto poder aquisitivo, pretendiam ingressar na política, a exemplo do ex-senador Ney Suassuna⁵, que sempre foi conhecido com um dos maiores financiadores do partido e que possuía imenso prestígio dentro da organização partidária.

⁵ Ney Robinson Suassuna é empresário e professor, entrou para a política em 1990, sendo eleito suplente do senador Antônio Mariz, quando assumiu em 1992, após licença do titular. Em 1998 foi reeleito ao Senado, tendo sido seu último mandato eleitoral até o momento.

2.4 A COALIZÃO DOMINANTE E SUA TIPOLOGIA

No tópico anterior foram abordadas as denominadas *zonas de incertezas*, e foi dito que na disputa pelo poder intrapartidário, o domínio dessas são indispensáveis para alcançar o controle da organização. Porém, não são todos os membros ou grupos que conseguem o seu domínio. De acordo com Panebianco (2005, p. 72), é cediço que os recursos do poder tendem a se concentrar nas mãos de alguns grupos, ou seja, de uma elite dirigente, da qual ele denominou de coalizão dominante. O termo utilizado origina-se da necessidade de celebrar acordos, seja por parte de um líder ou de um grupo que lidere a organização partidária. Vejamos a definição estabelecida por Panebianco (2005):

[...] Às definições usuais para indicar as elites dirigentes dos partidos, prefiro a expressão *coalizão dominante*, ao menos por três razões. Em primeiro lugar, mesmo quando um único líder parece dispor de um poder quase absoluto sobre a organização, a observação mostra muitas vezes uma conformação mais complexa da estrutura do poder, o líder, assim, considerado por controlar as zonas de incertezas fundamentais, deve, na maioria das vezes, negociar com outros agentes organizativos; ele está no centro de uma coalizão de forças internas do partido, com as quais deve, ao menos numa certa medida, estabelecer acordos [...] (PANEBIANCO, 2005, p. 72-73).

Para o autor, as coalizões dominantes são frutos de negociações, são aqueles indivíduos ou grupos que detêm os recursos do poder, através desses recursos são distribuídos os incentivos, que como já foi visto, pode ser de natureza coletiva ou seletiva. De acordo com Panebianco (2005, p. 74), esses incentivos não são oferecidos apenas aos demais membros dos partidos, mas também aos integrantes da própria coalizão, como forma de preservar a sua existência, o que demonstra que ela possui uma construção precária, no sentido de que pode ser desfeita a qualquer momento, seja por força de agentes externos, seja por um rompimento dentro da própria coalizão.

Sendo assim, para que uma coalizão dominante continue estável na direção do partido político, ela precisa negociar entre si, com os membros partidários, com grupos externos à organização e, para isso, faz-se necessário que tenha sob seu domínio os recursos necessários, mas, mesmo com o controle desses recursos, é imprescindível também, saber usá-los, através da distribuição dos incentivos. Em todo partido haverá uma ala ou membros que buscam os incentivos que beneficiem a organização como um todo, enquanto que outros buscarão vantagens individuais. Cabe a coalizão identificar essas necessidades, saber o momento e proporção da partilha desses incentivos, bem como, observar o momento em que a estratégia deva ser modificada, pois em alguns

casos, os indivíduos buscam incentivos coletivos, porém, com o passar do tempo e de acordo com o momento pela qual passa a organização, os interesses passam a ser de ordem seletiva, e *vice-versa*.

De acordo com Panebianco (2005, p. 75), a fisionomia de uma coalizão dominante pode ser avaliada sob três aspectos: o grau de coesão interna, o grau de estabilidade e o mapa do poder organizativo.

O grau de coesão interna está relacionado à distribuição do controle das *zonas de incertezas*, se ele ocorre de forma concentrada ou dispersa. Se o controle dos recursos pertence a uma só elite ou tendências (grupos com fraca organização) pode-se dizer que a coalizão dominante é coesa. No entanto, se o domínio das *zonas de incertezas* ocorre de forma dispersa, ou seja, se está dividido entre as facções (grupos com forte organização), então a coalizão dominante é pouco coesa.

Quanto ao grau de estabilidade, se os recursos estão nas mãos de uma elite ou de grupos com fraca organização, considera-se que a coalizão dominante é estável. Porém, caso o controle das *zonas de incertezas* seja dividido entre as facções partidárias, não, necessariamente, a coalizão será instável, pois a depender dos acordos firmados entre essas facções, ela pode alcançar um certo grau de estabilidade.

No que diz respeito ao mapa organizativo, para Panebianco (2005, p. 76-77), este consiste nas relações estabelecidas entre as unidades organizativas, ou seja, quais grupos predominam, bem como, no tipo de relação estabelecida entre o partido e outras organizações, se é de predominância, de subordinação ou de cooperação.

O nível de institucionalização de um partido político será abordado no próximo tópico, porém, como ele está diretamente ligado ao grau de coesão da coalizão dominante, pode-se afirmar que uma organização partidária com forte institucionalização terá uma coalizão dominante coesa, enquanto que, um partido com fraca institucionalização, terá uma coalizão dominante pouco coesa. A explicação está no grau de fracionamento partidário, se o partido é dividido por tendências, ele será fortemente institucionalizado, no entanto, se ele for composto por facções, será pouco institucionalizado.

De forma sucinta, Panebianco define o grau de coesão e estabilidade da seguinte maneira:

O grau de coesão/divisão se refere à concentração/dispersão do controle sobre as zonas de incerteza e, por conseguinte, à concentração/dispersão do controle sobre a distribuição dos incentivos; diz respeito, portanto, aos jogos de poder verticais (as trocas elite-seguidores). Por outro lado, a estabilidade/instabilidade se refere ao modo pelo qual se desenvolvem os jogos de poder *horizontais* (entre os diversos componentes da elite) (PANEBIANCO, 2005, p. 325)

Dessa forma, Panebianco (2005, p. 327) classifica de forma hipotética a coalizão dominante de três formas: coalizão dominante coesa estável, coalizão dominante dividida estável e coalizão dominante dividida instável.

O primeiro tipo de coalizão dominante, a coesa e estável, trata-se do domínio das *zonas de incerteza* por parte de uma única elite ou por grupos de fraca organização. Nesse caso são partidos de forte institucionalização, que possuem uma estabilidade dentro e fora da organização, diante da ausência ou, quase, de conflitos internos.

O segundo tipo de coalizão dominante é a dividida e estável. Nesse caso os recursos do poder estão dispersos entre facções. São partidos de fraca institucionalização, porém, como já foi dito, a divisão não, necessariamente, significa instabilidade, pois neste caso, as facções buscam cumprir com os acordos firmados, gerando uma estabilidade na organização partidária, ou seja, apesar dos conflitos, existe uma forte negociação entre os grupos e um esforço mútuo para o seu cumprimento.

O terceiro e último tipo, é o da coalizão dominante dividida e instável, essa é a realidade da maioria dos partidos fracionados. Nesses casos, há uma grande dificuldade entre as facções de celebrarem acordos e, quando realizados, são extremamente precários. Essa instabilidade pode-se desenvolver dentro e fora do partido, inclusive, afetando na arena eleitoral.

Panebianco (2005, p. 331) chega a relacionar essa tipologia a alguns sistemas de governo. Para ele, uma coalizão coesa estável seria uma oligarquia ou monocracia, enquanto que, as coalizões divididas estáveis e instáveis seriam poliarquias. A comparação se dá mediante o nível de institucionalização dos partidos políticos e, no caso das coalizões dominantes divididas estáveis e instáveis, pelo fato de, assim como as poliarquias, estarem decompostas em subtipos.

2.5 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS

Para Panebianco (2005, p. 100), na fase de construção o partido político, a qual ele denomina de fase genética, os fundadores da organização tendem a se reunir em torno

de uma identidade coletiva, utilizando-se do partido para atingir alguns objetivos e metas ideológicas por eles traçados. Na visão do autor, essa fase de surgimento do partido político é regida pelo modelo racional, sendo, para a institucionalização, um grande salto de qualidade: “[...] A institucionalização é efetivamente o processo por meio do qual a organização incorpora valores e objetivos dos fundadores do partido [...]” (PANEBIANCO, 2005, p. 100).

O processo de institucionalização do partido político, é para Panebianco (2005), indispensável para sua sobrevivência como organização. Pode-se considerar que a institucionalização ocorreu de forma satisfatória quando os interesses do partido se coadunam com os de seus membros. Para isso a distribuição dos incentivos, seja de natureza coletiva ou seletiva, é de extrema importância.

Na perspectiva do autor, todos os partidos políticos passaram por um processo de institucionalização, o que vai diferenciá-los, é o nível dessa institucionalização, se é forte ou fraca. Duas dimensões devem ser analisadas para se identificar em qual nível o partido se encontra, atentando-se para o fato de que a organização pode pertencer a níveis distintos no decorrer do tempo.

A medição do nível de institucionalização, conforme foi mencionado, se dá, de acordo com Panebianco (2005, p. 103), por duas dimensões: o grau de autonomia do ambiente que a organização desenvolveu e o seu grau de sistemicidade.

Quanto à primeira dimensão, o grau de autonomia do ambiente que a organização desenvolveu, significa afirmar, que quanto mais independente for o partido, tanto em relação aos recursos materiais ou financeiros, quanto às outras organizações que podem estar vinculados, maior será o seu grau de institucionalização. Se o partido não depender exclusivamente de recursos externos, seja qual for a natureza, ele tenderá a ser uma instituição forte, e do contrário, caso não possua autonomia, tenderá a ser uma instituição fraca.

A outra dimensão, que associada ao grau de autonomia do partido, definirá o seu nível de institucionalização, é a sistemicidade ocorrida no seu interior. Se as relações da organização partidária possuem um centro norteador, ou seja, giram em torno de uma coalizão dominante coesa, significa que o partido possui um elevado grau de sistemicidade, apresentando uma homogeneidade, o que facilita sua tomada de decisão. Enquanto isso, se as relações ocorrem de forma fracionada, girando em torno de grupos heterogêneos, o partido terá um baixo grau de sistemicidade.

Sendo assim, diante das duas dimensões apresentadas por Panebianco (2005), o grau de autonomia e de sistemicidade dos partidos políticos, passamos a relacioná-las ao processo de institucionalização vivido pelas organizações partidárias. Se o partido possui autonomia em relação ao ambiente externo, não necessitando, exclusivamente, de ajuda financeira de fora, nem precisando recrutar filiados com o único objetivo de utilizar a sigla para legitimar suas candidaturas, não possuindo qualquer identificação com o partido, somado a um elevado grau de sistemicidade, ou seja, de hegemonia nas relações internas da organização, significa dizer que se trata de uma instituição forte.

Por outro lado, se o partido político é extremamente fracionado, coexistindo com a presença de facções, além de possuir uma dependência em relação ao ambiente externo, este pode ser considerado como uma instituição fraca, o que influencia diretamente na sua estabilidade como organização, inclusive na arena eleitoral.

Diante do que foi exposto e baseado nas afirmações de Panebianco (2005), pode-se afirmar que um partido que é composto de uma coalizão dominante coesa é uma instituição forte, enquanto que a organização que possui um fracionamento partidário, através da existência de facções, é uma instituição fraca. Logo, como o grau de institucionalização do partido está diretamente relacionado às relações estabelecidas entre os membros, pode-se concluir que o nível dessa institucionalização não é considerado estático, podendo uma organização tida como uma fraca institucionalização evoluir para uma instituição forte, bem como, o inverso, a organização passar por um processo de desinstitucionalização.

A fim de colocar sob análise, o objeto de estudo, pode-se questionar de que forma o (P)MDB paraibano pode ser enquadrado no modelo analítico proposto por Panebianco (2005), haja vista, que por décadas, apresentou-se como instituição gerida por uma coalizão dominante coesa. É então a partir de meados da década de 1990, com a subdivisão em facções, que a organização sofreu uma verdadeira cisão. Isso também refletiu no nível de autonomia em relação ao ambiente externo, essa passou por um processo de desinstitucionalização, que, de acordo com Panebianco (2005), é quando o partido deixa de ser uma instituição forte e passa a ser uma instituição considerada fraca.

Outros pontos abordados por Panebianco (2005, p. 113-115), e que estão diretamente relacionados ao grau de institucionalização, é a forma de recrutamento e ascensão das elites. Para o autor, o recrutamento de partidos com forte institucionalização se dá de forma *centrípeta*, ou seja, diante da existência de uma coalizão dominante coesa, os novos egressos tendem a convergir para o centro, haja vista, esta coalizão controlar as

zonas de incertezas e, conseqüentemente, monopolizar a distribuição dos incentivos, sejam coletivos ou seletivos. Enquanto isso, nas organizações com fraca institucionalização, o recrutamento se dá de forma *centrífuga*, isto é, os egressos tendem a se dispersar entre as facções, em decorrência do fracionamento do controle das *zonas de incertezas* e, conseqüentemente, dos recursos utilizados como incentivos.

Em relação à ascensão das elites dentro do partido, o autor afirma que em organizações com institucionalização forte, tendem a ocorrer “integrações verticais”, ou seja, o membro ingressa em níveis inferiores e depois alcança os postos mais elevados, isso ocorre, porque estas elites se formam dentro do partido. Por outro lado, nas organizações com institucionalização fraca, tendem a ocorrer “integrações horizontais”, porque, geralmente, as elites não se originaram do próprio partido e ingressam já ocupando uma posição predominante, por terem sido atraídas por uma das facções.

Panbianco (2005) também afirma que partidos com forte institucionalização tendem a ser menos clientelistas, enquanto que, os partidos com fraca institucionalização tendem a ser mais clientelistas, devido a maior necessidade de distribuição de incentivos. Porém, para o autor, o grau de institucionalização tem por objetivo diferenciar os tipos ideais de partidos políticos, o que não significa dizer, que uma organização é totalmente dependente ou independente do ambiente externo, que o tipo de recrutamento é totalmente centrípeto ou centrífugo, que o nível de ascensão seja exclusivamente vertical ou horizontal, e que, seja regido totalmente por relações clientelistas ou que esteja imune ao clientelismo. Acrescenta, ainda, como já foi mencionado, que não se trata de um processo estático, podendo uma organização de institucionalização fraca, a depender de sua organização interna e de suas relações externas, evoluir para uma institucionalização forte, bem como, sofrer um processo de desinstitucionalização.

No próximo tópico, trataremos dos reflexos da estabilidade da organização partidária, tanto no âmbito interno, quanto na arena eleitoral.

2.6 A ESTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS

A estabilidade das organizações partidárias, tanto no âmbito interno, quanto no ambiente eleitoral, está diretamente relacionada com a estabilidade organizativa do partido político. Tal afirmação, não significa que não existam outros elementos que interfiram no equilíbrio partidário, porém, as relações intrapartidárias influenciam

significativamente na solidez da organização e, conseqüentemente, nos seus resultados eleitorais.

Panebianco (2005) apresenta o seguinte conceito para estabilidade organizativa:

[...] Por estabilidade organizativa entendo a conservação das linhas de autoridade internas ao partido, da configuração do poder legítimo. Essa configuração é continuamente ameaçada pelos desafios ambientais que podem, a todo momento, colocar em dificuldade a organização e, assim, oferecer armas às elites minoritárias (que esperam justamente a ocasião para colocar em discussão a estrutura do poder da organização) (PANEBIANCO, 2005, p. 83).

Para o autor, os líderes de uma organização visam além de sua sobrevivência, buscar a sua estabilidade. Por estabilidade pode-se entender, a depender da natureza dessa organização, que seja preciso percorrer um caminho de expansão, buscando dominar o ambiente externo. Porém, no caso dos partidos políticos, a sua expansão, seja pelo aumento do número de filiados ou, até, ao sair da oposição para a situação, pode acarretar um fracionamento no seu interior, haja vista, além de aumentarem as chances de divergências de ideias, em decorrência do aumento dos membros, pode ocorrer também um maior conflito de interesses, resultado da ascensão do partido ao poder.

No caso do (P)MDB paraibano, o partido alcançou uma hegemonia entre os anos de 1986 e 1998, raramente observada no sistema partidário local. Esse domínio da arena eleitoral, que se dava em todos os cargos eletivos disputados, fez com que, praticamente os outros partidos sucumbisse em relação ao potencial eleitoral. Tal expansão deu início aos conflitos intrapartidários, pois o poder político externo passou a ser disputado entre os membros do próprio partido, o que deu origem as duas facções que dividiu o partido a partir de meados da década de 1990.

Como já foi discutido nos tópicos acerca da coalizão dominante e seus tipos, e do processo de institucionalização dos partidos, a existência de uma coalizão dominante coesa e estável, que acarreta em uma organização de forte institucionalização, faz com que haja uma estabilidade organizativa, pois, as decisões tomadas pelo partido se dão através de negociações entre os seus membros. Essa estabilidade organizativa, portanto, irá gerar uma estabilidade da organização partidária, pois a ausência de conflitos dentro do partido irá contribuir para que este passe a dominar as relações externas, seja com outras entidades, seja no âmbito eleitoral.

No entanto, uma organização partidária dividida e instável, onde existam grupos altamente organizados, as chamadas facções, tende a gerar uma instabilidade organizativa

e, conseqüentemente, um desequilíbrio do partido como um todo. Nos casos em que as facções não conseguem chegar a um consenso, como foi o caso do (P)MDB paraibano, na indicação dos seus representantes para a disputa eleitoral, externando os conflitos internos para além da entidade, não só irá enfraquecer o partido como organização, mas também na arena eleitoral.

A existência das facções ou tendências não significa, necessariamente, que o partido fique enfraquecido, mas o tipo de relação estabelecida entre esses grupos, muitas vezes pode arruinar a organização, haja vista, não conseguirem convergir na maioria das decisões, que muitas vezes depende a sobrevivência do partido.

Portanto, a estabilidade aqui tratada e que será por muitas vezes mencionada no decorrer desse estudo, trata-se do equilíbrio da organização partidária dentro do sistema partidário e na arena eleitoral, que como veremos, está diretamente ligada a estabilidade organizativa do partido.

3 A TRAJETÓRIA DO (P)MDB PARAIBANO E O SEU PAPEL NA CONJUNTURA NACIONAL DO PARTIDO

3.1 O (P)MDB NA PARAÍBA E A DITADURA MILITAR

Para Mello (2010, p. 39-42), o golpe estabelecido pelos militares em 1964, instalando o Regime Militar, não extinguiu imediatamente os partidos políticos, até porque, os envolvidos pretendiam transparecer uma imagem democrática ao movimento, que eles mesmo denominavam de contragolpe. Foi a partir das eleições para o cargo de governador, em outubro de 1965, com a derrota dos aliados do regime nos estados de Minas Gerais e Guanabara, que estavam entre os maiores colégios eleitorais do país, que os militares decidiram lançar o Ato Institucional nº 2, em 27 de outubro de 1965, onde dentre suas alterações na Constituição de 1946, estavam a instalação do bipartidarismo e o estabelecimento de eleições indiretas para o cargo de governador dos estados.

Na visão do autor, os militares continuavam tentando manter a imagem do regime militar como sendo um movimento democrático. O estabelecimento do bipartidarismo, com a criação dos partidos, Aliança Renovadora Nacional – ARENA, que agrupava a ala governista, e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB, partido de oposição, era uma forma de legitimar o governo militar. Os militares sabiam da importância da instituição dos partidos políticos para a democracia e extingui-los representava atrair os olhares do mundo para o Brasil.

Antes de adentrarmos na análise do (P)MDB especificadamente, que é o objeto desta pesquisa, faz-se necessário reforçar o papel dos partidos políticos na construção da democracia, sob a ótica de Ferreira (2002):

Os partidos políticos são instituições que buscam o poder político, competem entre si por votos e apoio político, organizam a competição eleitoral por meio da integração e mobilização do eleitorado e dão inteligibilidade ao sistema político-eleitoral. Além desses fatores, as agremiações partidárias são cruciais na formação e sustentação de maiorias governantes, na organização do processo legislativo, no recrutamento de lideranças e na canalização de demandas sociais em políticas públicas. E, por último, mas não de somenos importância, são canais de ligações entre os cidadãos e o Estado (FERREIRA, 2002, p. 35)

O Movimento Democrático Brasileiro – MDB – foi oficialmente anunciado no dia 4 de dezembro de 1965, como o partido da oposição, que tinha em sua plataforma a defesa dos direitos e garantias constitucionais, o voto livre e secreto, a autonomia dos estados da

federação e a soberania popular. O partido agrupava membros de vários seguimentos ideológicos, inclusive, defensores do regime militar.

De acordo com Mello (2010), diante da grande diversidade de ideias e posicionamentos dentro do (P)MDB, não era incomum o surgimento de conflitos. Dentro do partido existiam muitos membros ligados ao PCB e ao PC do B, que utilizavam da instituição para legitimar sua luta contra os militares. Essa ala, mais radical, exigia dos demais membros do partido posicionamentos mais firmes, criticando e denunciando as arbitrariedades do governo militar. Por outro lado, tinha a ala mais moderada, que buscava lutar contra o regime militar dentro dos limites que a lei permitia. Enquanto que tinha uma parcela, a ala considerada pragmática, que apenas estava filiada ao partido por interesses pessoais e partidários locais, pois na ARENA estavam os adversários políticos diretos, fazendo do (P)MDB a única opção para disputar os cargos eletivos em seu estado ou município.

Na Paraíba, o (P)MDB constituiu-se principalmente de políticos oriundos do antigo PSD/PTB ou dos que, por questões locais, como já dito, não conseguiam filiar-se a ARENA. Os integrantes do partido na Paraíba não comungavam das mesmas questões ideológicas do diretório nacional, pelo menos, a sua maioria. O critério de filiação aos partidos do (P)MDB e ARENA estavam mais relacionados a disputas locais, do que à postura de partido opositor ao Regime Militar. Sendo, inclusive, um dos nomes mais fortes, Ruy Carneiro, um apoiador e considerado colaborador do Regime Militar na Paraíba.

De acordo com Mello (2010, p. 49), “Eram, todavia, as intrincadas pendências municipais que determinavam o novo (re)alinhamento partidário. Para onde fosse um dos lados dos antigos adversários locais, a outra facção buscaria o caminho oposto”. Sendo assim, a disputa eleitoral na Paraíba permaneceu travada entre adversários políticos históricos, e não por meio dos partidos e suas ideologias, sendo comum no (P)MDB existirem adeptos do Regime Militar, e por outro lado, defensores da democracia na ARENA.

Mesmo o partido não sendo composto em sua maioria por políticos adeptos a sua ideologia, o (P)MDB paraibano despontava como uma das mais fortes seções estaduais, ao lado do Rio Grande do Sul e Guanabara. Tinha em Brasília o seu principal articulador,

Argemiro de Figueiredo⁶, que cuidava das questões do partido com a executiva nacional, enquanto seu filho, Petrônio Figueiredo⁷, dedicava-se ao diretório estadual. Em 1966, mediante um acordo firmado, Petrônio Figueiredo passa a cuidar das questões (p)emedebistas no âmbito federal, deixando o diretório estadual sob a responsabilidade de Ronaldo Cunha Lima, que a cada dia conseguia firmar-se como uma liderança dentro e fora do partido.

A comparação tornou-se particularmente válida com os vizinhos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, onde o PSD se incorporou à ARENA, restringindo, sensivelmente, o MDB. Enquanto em Pernambuco, esse partido tomou como base dissidentes pessedistas a exemplo de Armando Monteiro Filho, e trabalhistas, como Oswaldo Lima Filho, no Rio Grande do Norte, o espaço emedebista tornou-se ainda mais exíguo. Além do usineiro paraibano Odilon Ribeiro Coutinho, que fazia política no vizinho Estado, a oposição potiguar contou apenas, na primeira hora, com abnegados como o advogado Roberto Furtado, logo colocado no index do regime (informação do procurador Francisco Nunes, Araruna, 10 de julho de 1999) (MELLO, 2010, p. 77)

Até meados da década de 1970, a ARENA manteve-se hegemônica no cenário político, ocupando a grande maioria das cadeiras, tanto na Câmara dos Deputados, quando na Assembleia Legislativa, além dos cargos majoritários. Somente nos anos de 1966 e 1974 que o (P)MDB conseguiu eleger Ruy Carneiro ao cargo de senador. Porém, como já foi mencionado, apesar de ser filiado ao partido de oposição ao Regime Militar, ele era um forte aliado e defensor dos militares.

Com a vigência do Ato Institucional nº 5, a partir de 13 de dezembro de 1968 e, conseqüentemente, com as inúmeras cassações de membros regionais do (P)MDB, que praticamente dizimou o partido, fazendo com que perdesse grandes lideranças, angariadores de votos, o que passou a desestabilizar ainda mais as eleições em favor da ARENA, os membros do (P)MDB, que ainda mantinham seus cargos, passaram a agir mais veementemente contra o Regime, aliando-se à executiva nacional para denunciar as arbitrariedades da ditadura.

⁶ Argemiro de Figueiredo era Advogado, foi deputado estadual (1929-1930), deputado federal por duas vezes (1946-1950/1950-1954), senador por duas vezes (1955-1963/1963-1971) e governador da Paraíba (1935-1940).

⁷ Petrônio Ramos Figueiredo era Advogado, formado pela Universidade Federal de Pernambuco, foi vereador de Campina Grande/PB (1951-1955), deputado estadual (1959-1963) e deputado federal (1967-1975) pelo estado da Paraíba.

Um dos representantes do (P)MDB paraibano, que aderiu a esse embate mais direto contra a ditadura militar, foi Marcondes Gadelha⁸, que passou a denunciar problemas sociais, tais como, a desigualdade social e a elevada concentração de renda. Como consequência, a forte atuação de Marcondes Gadelha, fez com que o seu principal adversário político na cidade de Sousa, Antônio Mariz⁹, também começasse a se rebelar contra o regime militar, mesmo sendo integrante da ARENA, reforçando o que já foi dito anteriormente, que nem todos os membros dos dois partidos na Paraíba se alinhavam aos ideais das respectivas executivas nacionais.

Campina Grande foi o município mais atingido com os efeitos do AI-5, vários nomes do (P)MDB tiveram seus mandatos cassados, dentre eles, o prefeito campinense e grande angariador de votos para o partido, Ronaldo Cunha Lima. As cassações refletiram diretamente nos resultados das eleições de 1972, quando o (P)MDB lançou Nestor Alves de Lima Filho como candidato a prefeito de Campina Grande, apenas de forma simbólica, sem chances de elegibilidade, tendo, inclusive, uma ala do partido apoiado o candidato da ARENA, Evaldo Cruz, como forma de tentar evitar que o arenista Juracy Palhano fosse eleito.

Como era de se esperar, em Campina Grande, além do (P)MDB não ter conseguido eleger o seu candidato a prefeito, também viu a sua representação na Câmara dos Vereadores ser reduzida de 15 vereadores para apenas 4. No restante do estado, além de Campina Grande, o partido perdeu prefeituras de municípios importantes como Patos, Guarabira, Pombal, Itabaiana e Monteiro. Ficando apenas com 32 prefeituras, contra 138 da ARENA, era o auge da hegemonia arenista no país e no estado da Paraíba.

Com o endurecimento do regime militar e o consequente domínio eleitoral da ARENA, a partir da segunda metade da década de 1970, o (P)MDB sentiu a necessidade de se mostrar mais atuante e, para isso, passou a investir no recrutamento de novos filiados

⁸ Marcondes Iran Benevides Gadelha, além de médico formado pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco, foi deputado federal (1971-1975/1975-1979/1979-1983/1999-2003/2003-2007/2007-2011/2015-2019) e senador pelo estado da Paraíba (1983-1991). Atualmente, encontra-se filiado ao PSC.

⁹ Antônio Marques da Silva Mariz formou-se em Ciência Política pela Universidade de Nancy, na França, e em Direito pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro. Foi promotor de justiça nos estados do Rio Grande do Norte e Paraíba. Na carreira política, foi prefeito do município de Sousa (PB) (1963-1969), deputado federal (1971-1975/1975-1979/1979-1983/1987-1991), senador (1991-1994) e governador da Paraíba (1995), mandato que não conseguiu concluir em decorrência do seu falecimento que se deu em João Pessoa (PB) no dia 16 de setembro de 1995.

de vários setores da sociedade, que se encontravam insatisfeitos e saturados com o governo militar. A partir daí o (P)MDB, no âmbito regional, deixa de ser considerado um partido de quadro, de acordo com a definição de Duverger (1980), e passa a atrair membros que, realmente, estejam engajados com a causa defendida pela organização.

Os resultados da investida (p)emedebista já começaram a ser observados nas eleições de 1976, quando, apesar de ainda não ter conseguido recuperar a prefeitura de Campina Grande, conseguiu triunfar em outros importantes municípios, dentre eles Cabedelo e Guarabira, este último, cuja prefeitura tinha perdido em 1972.

No ano de 1977, o (P)MDB sofre uma grande perda, faleceu um dos seus maiores líderes e representantes no cenário nacional, o senador Ruy Carneiro, ficando na sua vaga, o suplente Ivandro Cunha Lima¹⁰, irmão do ex-prefeito de Campina Grande, Ronaldo Cunha Lima. Na visão de Mello (2010), apesar de Ivandro não possuir o mesmo prestígio nacional do seu antecessor Ruy Carneiro, ele foi de extrema importância nos processos de articulação do (P)MDB.

Com o novo senador, o partido renovava. Embora sem o prestígio nacional e o carisma de Ruy Carneiro, Ivandro fazia-se politicamente mais dinâmico. Ligando-se, diretamente, a Ulysses Guimarães e expressões mais aguerridas como o pernambucano Marcos Freire, cujos pronunciamentos Carneiro costumava escutar em seu gabinete, Ivandro tornou-se fundamental na articulação do novo eixo de poder emedebista da Paraíba. Este, que já não se encontrava em Sousa, onde as reaglutinações políticas desfavoreceram o autêntico Marcondes Gadelha, fixava-se em Campina Grande e cercanias. Com o binômio Cunha Lima/Figueiredo, alcançava Areia, no brejo, com os jovens Cunha Lima, infletia para o Agreste em Guarabira, através de Roberto Paulino, e subia novamente a serra, pelo outro lado, com Humberto Lucena em Bananeiras/Solânea e familiares do ex-deputado José Maranhão, em Araruna. Não por acaso, e à exceção de Antônio Mariz, estranho ao (P)MDB histórico, todos os principais cargos majoritários do Estado, ocupados por peemedebistas, saíam dessa área (MELLO, 2010, p. 133).

No dia 13 de outubro de 1978, o então Presidente Ernesto Geisel decretou a extinção do AI-5 e, juntamente com essa extinção, veio a decretação da anistia e o projeto de reforma partidária. O governo pretendia acabar com o bipartidarismo, o que para o (P)MDB, nada mais significava do que uma manobra para fazer parar a ascensão do partido e fragmentar a oposição. Para o líder (p)emedebista paraibano, Humberto

¹⁰ Ivandro Cunha Lima foi um advogado, tabelião e agropecuarista, tendo sido, também, senador (1977-1983) e deputado federal pelo estado da Paraíba (1991-1995/1995-1999).

Lucena¹¹, o retorno do pluripartidarismo é mais uma arbitrariedade do Regime Militar, tentando acabar de vez com a oposição, então representada pelo (P)MDB, bem como, tentar adiar as eleições municipais e, assim, buscar novas bases de sustentação para o Governo (Mello, 2010, p. 145).

Com o fim do bipartidarismo em 1979 e, conseqüentemente, com a extinção dos dois partidos que o compunha, ARENA e MDB, o primeiro foi rebatizado como Partido Democrático Social – PDS e o segundo como Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. Na Paraíba, o PDS não conseguiu manter-se tão fortalecido como o seu partido antecessor, devido à perda de políticos importantes que migraram para outros partidos, dentre eles, o próprio (P)MDB. Enquanto isso, o (P)MDB adotou uma nova roupagem, tendo como fundadores e fortes representantes alguns políticos já consagrados, como Humberto Lucena e Ronaldo Cunha Lima, considerados membros históricos, e Antônio Mariz, dissidente da ARENA. Apesar dessa ascensão do (P)MDB, o resultado das eleições no ano de 1982 ainda favoreceu o seu principal adversário, que era o PDS.

Mesmo com as eleições de 1982 ainda terem favorecido o PDS, o governo não conseguiu enfraquecer a oposição, que continuou tendo o (P)MDB como protagonista, agora ainda mais heterogêneo, pois continuava a agrupar os integrantes do PCB, PC do B e MR-8, bem como, os dissidentes da antiga ARENA. Esses integrantes temiam migrar para outros partidos e perderem a visibilidade que teriam em uma organização partidária já consagrada como o (P)MDB. Alguns, também, tinham receio de que os militares tentassem realizar outra manobra e extinguir esses novos partidos, o que os obrigariam a retornar ao (P)MDB e lutar por um espaço dentro da organização, ocasionando-lhes enormes desvantagens.

Na Paraíba, para as eleições de 1982, o (P)MDB apostou no retorno de alguns de seus integrantes históricos, que tiveram seus mandatos cassados, mas também, na renovação do seu quadro político, e no apoio da classe média e dos universitários, porém, diante da crise econômica que assolava o país, a classe média paraibana já não possuía o mesmo perfil e, assim, como as alas menos favorecidas da sociedade, se rendeu a política

¹¹ Humberto Coutinho de Lucena foi deputado estadual (1951-1955/1955-1959), deputado federal (1959-1963/1963-1967/1967-1971/1975-1979) e senador (1979-1987/1987-1995/1995-1998), tendo, inclusive, ocupando a cadeira da presidência do Senado por dois biênios (1987-1989/1993-1995).

clientelista do populista Wilson Braga¹², sendo acusado, à época, de fazer uso da máquina governamental para vencer as eleições, como bem atesta MELLO (2010):

Ora, numa administração do tipo cartorial como a paraibana, onde o acesso ao serviço público pelo mérito faz-se antes a exceção que a regra, os pequenos funcionários, as mais das vezes desnecessárias, tendiam a votar no governo para preservação da sobrevivência. Já os médios e altos funcionários estaduais cujos rendimento têm, não raro, ultrapassado aos colegas federais, pretendia, sufragando os pretendentes governistas, legitimar posições e vantagens alcançadas. Passadas as eleições, vários integrantes dessa categoria expressaram esse tipo de dependência confessando ao autor desse estudo, que Mariz era realmente melhor candidato, mas não podiam deixar de votar em Wilson Braga (MELLO, 2010, p. 35).

Concluído o pleito eleitoral de 1982, o (P)MDB além de não ter vencido mais uma vez para o executivo, também não elegeu nenhum senador, fazendo, apenas, 5 representantes dos 12 na Câmara do Deputados, e 14 dos 37 na Assembleia Legislativa. Porém, mesmo, os números não sendo ainda favoráveis, o partido começava a ganhar espaço no cenário político regional, atraindo novas lideranças e filiados, além de ter conseguido eleger Ronaldo Cunha Lima para a prefeitura de Campina Grande, o segundo maior colégio eleitoral da Paraíba.

Mesmo atraindo vários membros de diversos setores da sociedade, o (P)MDB ainda sofria com a falta de estrutura, que foi claramente refletida nos resultados das eleições a nível municipal de 1982. O partido conseguiu angariar apenas 34 prefeituras contra 136 do PDS, e 434 vereadores contra 1.004 do seu adversário. Uma possível explicação para esses números, estava na ausência de diretórios municipais em várias cidades, tendo em algumas delas disputado a prefeitura por meio de candidatos simbólicos.

3.2 A REDEMOCRATIZAÇÃO E A HEGEMONIA (P)MEDEBISTA

O (P)MDB conseguiu se fortalecer no interior do estado durante o ciclo eleitoral de 1982 a 1986, e foi nesse ano que o partido deu início a sua hegemonia na Paraíba, só vindo a perder uma eleição para governador 16 anos depois. Nas eleições de 1986, o

¹² Wilson Leite Braga era empresário, advogado formado pela Faculdade de Direito da Paraíba, e político, tendo ocupado os cargos de vereador (1993-1994) e prefeito (1989-1990) do município de João Pessoa (PB), deputado estadual (1955-1967/2011-2015), deputado federal (1967-1982/1995-1999/1999-2003/2007-2011) e governador da Paraíba (1983-1986).

(P)MDB elegeu Tarcísio Burity¹³ para governador e, Raimundo Lira¹⁴ e Humberto Lucena para o Senado, além de alcançar maioria na Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa.

Apesar dos números positivos nas eleições de 1986, uma ala do partido não via com bons olhos a eleição de Tarcísio Burity, dissidente da ex ARENA e defensor do regime militar, bem como, a do senador Raimundo Lira. Para os (p)emedebistas, o (P)MDB chegava ao poder, porém, estava descaracterizado em relação à organização que tanto lutou contra a ditadura militar nas décadas de 1960 e 1970.

No entanto, com exceção dessas discordâncias e mesmo a organização não tendo chegado ao poder por meio direto de um (p)emedebista histórico, é inegável que no ano de 1986, iniciava-se a época de ouro do (P)MDB no estado da Paraíba, passando a ser uma das maiores e principais bases do partido no país.

Tabela 1- Números de cargos eletivos ocupados pelo (P)MDB paraibano nas eleições gerais entre os anos de 1986 e 1998

Eleições	Deputado estadual/ cadeiras	Deputado federal/ cadeiras	Senador	Governador
1986	17/36	7/12	2	1
1990	8/36	7/12	1	1
1994	19/36	7/12	2	1
1998	16/36	4/12	1	1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Tabela 2-Números de cargos eletivos ocupados pelo (P)MDB paraibano nas eleições municipais entre os anos de 1982 e 1996

Eleições	Vereadores	Prefeitos
1982	434	34
1988	625	58
1992	759	72
1996	802	101

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE/PB

¹³ Tarcísio de Miranda Buriti foi advogado e professor universitário, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade da Paraíba. Foi deputado federal (1983-1987) e governador por duas vezes do estado da Paraíba (1979-1982/1987-1991).

¹⁴ Raimundo Lira é economista, professor e empresário, formado pela Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande. Foi Senador da República pelo estado da Paraíba (1987-1995/2011-2019).

Tabela 3-Posição do (P)MDB paraibano no Ranking nacional do partido, em números de cargos eletivos nas eleições gerais de 1994 a 2000

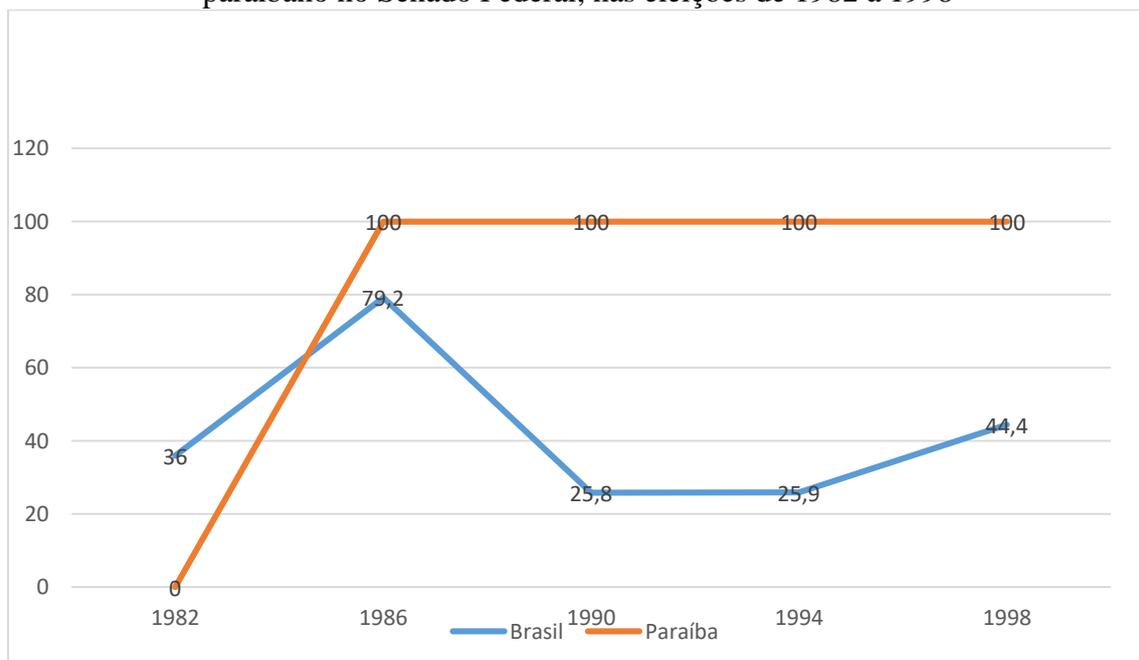
Eleições	Nº de cargos eletivos	Posição
1994	29	2 ^a
1996	903	5 ^a
1998	22	2 ^o
2000	833	5 ^o

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Como pode-se observar, com a redemocratização vieram mudanças significativas no cenário político paraibano, dando início a um período de hegemonia do (P)MDB no estado. Durante 16 anos, o (P)MDB não perdeu sequer uma eleição majoritária, além de ocupar a maioria das cadeiras tanto na Câmara dos Deputados, quanto na Assembleia Legislativa. Além disso, só no ano de 1996, o partido passou a ocupar 101 das 223 prefeituras do estado, o que correspondeu a aproximadamente 45% do total de prefeitos.

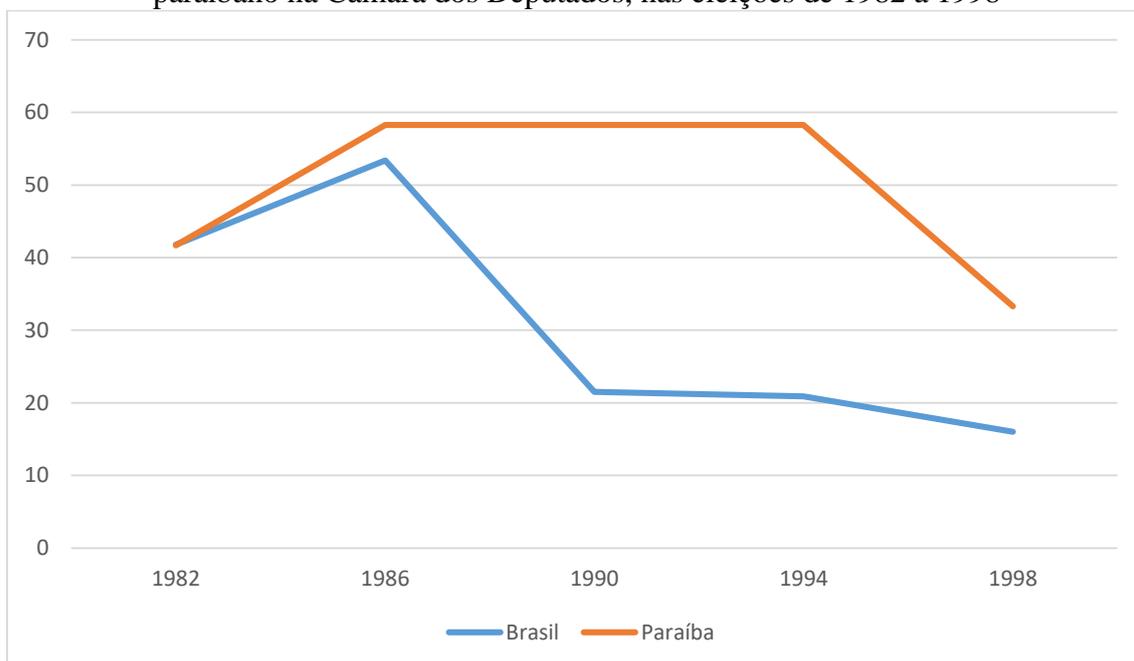
Além disso, os dados acima confirmam a importância da base (p)emedebista paraibana para o partido, sendo o segundo estado com maior número de cargos eletivos ocupados, estando atrás apenas de São Paulo, no ano de 1994, e de Goiás, no ano de 1998. As estatísticas também confirmam a força do (P)MDB no interior do estado, colocando-se em quinto lugar no número de vereadores e prefeitos.

Gráfico 1-Relação entre o percentual de cadeiras ocupadas pelo (P)MDB nacional e paraibano no Senado Federal, nas eleições de 1982 a 1998



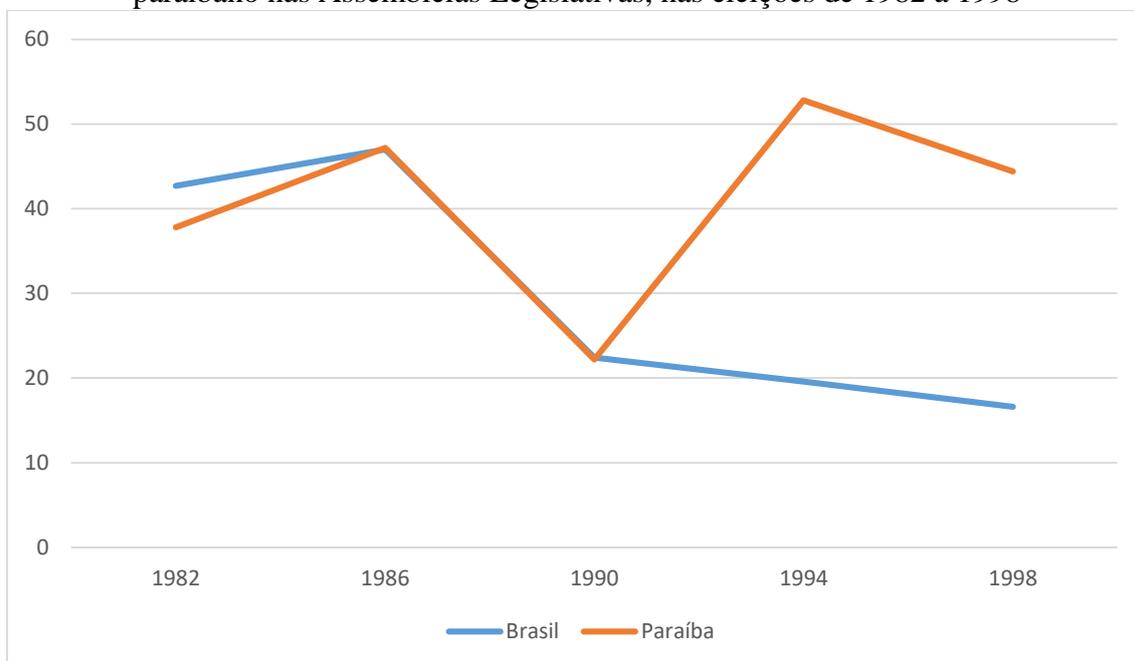
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e de FERREIRA (2002)

Gráfico 2-Relação entre o percentual de cadeiras ocupadas pelo (P)MDB nacional e paraibano na Câmara dos Deputados, nas eleições de 1982 a 1998



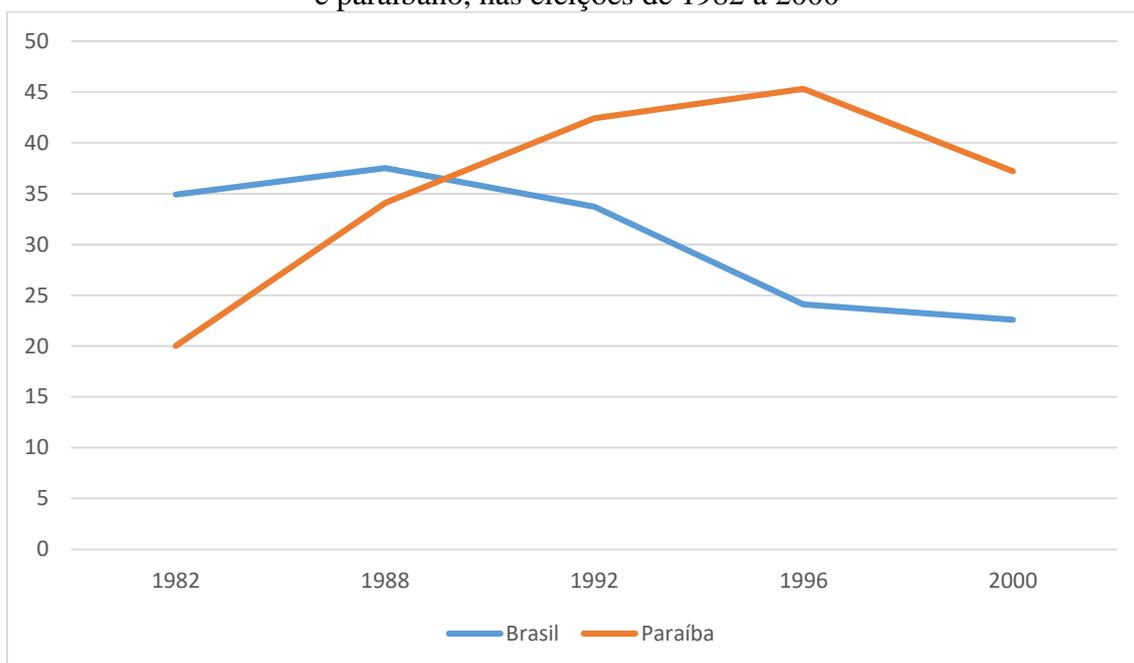
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e de FERREIRA (2002)

Gráfico 3-Relação entre o percentual de cadeiras ocupadas pelo (P)MDB nacional e paraibano nas Assembleias Legislativas, nas eleições de 1982 a 1998



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e de FERREIRA (2002)

Gráfico 4-Relação entre o percentual de prefeituras conquistadas pelo (P)MDB nacional e paraibano, nas eleições de 1982 a 2000



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e de FERREIRA (2002)

Os gráficos acima mostram que a partir das eleições de 1986, o (P)MDB da Paraíba sempre esteve acima da média brasileira no número de cargos do legislativo e executivo conquistados. Enquanto os números do partido, em nível nacional, sofreram um decréscimo entre os anos de 1994 e 2000, o (P)MDB paraibano seguiu um caminho oposto, tendo, justamente, apresentado o seu melhor desempenho nas eleições de 1994 e mantido a hegemonia nos anos seguintes.

O PMDB, que atravessou uma fase de apogeu nos meados dos anos 70, mais precisamente a partir das eleições de 1974, chegou ao final dos anos 90 numa tendência de queda constante, no que tange ao seu desempenho eleitoral. Suas recorrentes disputas internas e ambiguidades constituem uma possível explicação para a diminuição de sua expressão eleitoral, uma vez que parte do eleitorado pôde identificar aí razões para não votar no partido (FERREIRA, 2002, p. 173)

Com a morte do principal líder do partido, Ulysses Guimarães, principalmente durante a presidência de Paes de Andrade, o (P)MDB nacional passou a enfrentar uma verdadeira cisão interna. Segundo Ferreira (2002, p. 153), durante o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, uma ala do partido, liderada pelo presidente Paes de Andrade queria continuar fazendo oposição ao governo e defendendo candidatura própria à Presidência da República, por outro lado, existia uma ala, constituída por alguns

parlamentares, que estavam alinhados com o governo e, inclusive, votaram a favor da emenda constitucional que autorizava a reeleição para os cargos do executivo. O (P)MDB estava perdendo a sua unidade como bem podemos atestar através das palavras da autora:

Além dos mais, vários líderes regionais, respaldados pelas eleições em seus estados de origens, emergiram – principalmente a partir do início dos anos 80, com a volta das eleições diretas para os governos estaduais – e passaram a disputar seu próprio espaço e recursos políticos dentro do partido, fragilizando ainda mais a coesão do partido. Em última análise, havia um vazio de lideranças regionais. O ex-deputado pernambucano Fernando Lyra (atualmente no PSB), um dos representantes do chamado *grupo dos autênticos* do MDB, ao analisar o PMDB atual, afirmou: “O PMDB hoje é uma federação, muito parecido com as capitânicas hereditárias. Não é mais o partido da audácia, mas dos caciques” (O Popular, 29/8/1998) (FERREIRA, 2002, p. 158).

Um exemplo do que foi dito por Ferreira (2002) vem do próprio (P)MDB paraibano, que estava passando por uma situação totalmente inversa do nacional, vencidos os conflitos internos que ameaçaram a estabilidade partidária durante o governo Buriti, o partido não só tinha alcançado a hegemonia no estado, mas também dentro da própria organização.

No início da década de 1990, Ronaldo Cunha Lima consolidou-se como a principal liderança do (P)MDB no estado, após derrotar em uma eleição acirrada, o seu principal adversário e nome forte da política paraibana, o ex-governador Wilson Braga. O candidato do PDT era favorito nas eleições, pois já tinha sido governador, além do atual gestor da Paraíba, Tarcísio Buriti, ex-(P)MDB, que tinha migrado para o PRN – Partido da Reconstrução Nacional - orientava seus correligionários a votarem em branco. Sendo assim, a estratégia montada pelo (P)MDB era reduzir a vantagem de Braga na capital e na microrregião do Sertão, onde o pedetista era forte favorito. Em contrapartida, almejava ampliar a vantagem no município de Campina Grande, considerado reduto eleitoral da família Cunha Lima, que tinha como governante Cássio Cunha Lima, filho de Ronaldo. Wilson Braga venceu o primeiro turno, porém, no segundo turno o candidato (p)emedebista conseguiu reverter a situação, vencendo com 55,19% dos votos contra 44,82% de Braga.

Tabela 4 - Resultado das eleições de 1990, para o cargo de Governador do estado da Paraíba

Candidato	Partido	Votos	Percentual
Ronaldo Cunha Lima	(P)MDB	704.375	55,19%
Wilson Braga	PDT	571.802	44,81%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Além da eleição de Ronaldo Cunha Lima para o executivo, o (P)MDB conseguiu também o controle da mesa diretora da Assembleia Legislativa, elegendo Gilvan Freire como presidente. O novo governo foi marcado pela estabilidade e ausência de crises políticas, a unidade partidária foi preponderante, inclusive, para lidar com as consequências do “Caso Gulliver”, quando o então governador Ronaldo Cunha Lima atentou contra a vida do ex-governador Tarcísio Buriti, conforme preleciona Mello (2010):

Como resultado, o que, eticamente, expressou lamentável ilícito penal, significou afirmação para o PMDB da Paraíba, graças a cuja coesão não se verificaram maiores desdobramentos políticos mais sérios. Sem que com isso queiramos, nem de longe, justificar o atentado do Gulliver, o fato é que, politicamente, representou dura provação para o partido (MELLO, 2010, p. 212).

Nas eleições de 1992, o (P)MDB saiu de 58 prefeituras para 72, conforme observa-se na Tabela 2, além disso, triunfou nos principais municípios do estado, tais como, Campina Grande, Patos, Sousa, Cajazeiras, Sapé, Monteiro, Catolé do Rocha e Rio Tinto. Dentre os maiores municípios, o partido só não conseguiu eleger seus candidatos a prefeito na capital e em Guarabira.

Foram nas eleições de 1994 que o (P)MDB alcançou o seu auge, elegendo no segundo turno, o governador Antônio Mariz, com 58,30% dos votos contra 41,70% de Lúcia Braga, esposa do ex-governador Wilson Braga. O (p)emedebista foi relator do processo de *Impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, tendo, à época se destacado nacionalmente em decorrência de sua atuação.

Tabela 5 - Resultado das eleições de 1994, para o cargo de Governador do estado da Paraíba

Candidato	Partido	Votos	Percentual
Antônio Mariz	(P)MDB	781.349	58,30%
Lúcia Braga	PDT	558.987	41,70%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Além deste, o partido também elegeu os dois senadores, Ronaldo Cunha Lima e Humberto Lucena, além de obter as 19 cadeiras das 36 disputadas na Assembleia Legislativa, e as 7 das 12 destinadas a bancada paraibana na Câmara dos Deputados, conforme disposto na Tabela 1. Foi diante desse cenário que o senador Ronaldo Cunha Lima promoveu o seguinte discurso na sessão do dia 24 de abril de 1996 no Senado Federal:

Alegra-me vê-lo assim porque na Paraíba o PMDB que venceu em 1990 é o PMDB vitorioso de 1994, é o PMDB vencedor de hoje, é o PMDB de próximas, novas e grandes vitórias. O PMDB que saiu de 6 para 24 Deputados Estaduais, de 17 para 103 Prefeituras, de 4 para 7 Deputados Federais. Que tem 3 Senadores e mantém o Governo do Estado, é o PMDB da unidade, da solidariedade, da austeridade e do desenvolvimento (RONALDO CUNHA LIMA *apud* MELLO, 2015, p. 223).

O (P)MDB encontrava-se sólido não só internamente, como também externamente, tanto no âmbito eleitoral, quanto político, através da aliança com outros partidos. O partido permaneceu com a presidência da Assembleia Legislativa por um período de 16 anos, foram 8 eleições vencidas, desde 1987 a 2003.

Com a morte do governador Antônio Mariz no dia 16 de setembro de 1995, em decorrência de um câncer, com apenas pouco mais de oito meses de mandato, o governo do estado é assumido pelo vice-governador e também (p)emedebista José Targino Maranhão. Com a chegada de Maranhão ao Palácio da Redenção, este começa a articular alianças dentro e fora do partido, passando a dividi-lo entre seguidores do então senador Ronaldo Cunha Lima, principal liderança política do (P)MDB na Paraíba, e os novos seguidores do governador. Porém, até o momento, a organização partidária continuava sendo dirigida por uma coalizão dominante, tendo, inclusive, sido eleita a nova comissão executiva do diretório regional nos seguintes moldes: a presidência estadual foi destinada ao humbertista Haroldo Lucena, irmão do senador Humberto Lucena; a primeira vice-presidência à maranhista Aracilda Rocha; e as terceiras vice-presidência e secretaria aos ronaldistas Lindaci Medeiros e Zenóbio Toscano, respectivamente.

Como já dito, o (P)MDB regia-se há anos por uma coalizão dominante e com a eleição da nova comissão e com os números alcançados no pleito eleitoral de 1996, onde o partido conquistou 45% das prefeituras, dentre elas, a de João Pessoa e Guarabira, o que foi considerado um grande feito, foi articulado o que ficou conhecido como o “Acordo da Granja”, onde decidiu-se que o governador José Maranhão concorreria à

reeleição em 1998, tendo como candidato a vice Ivandro Cunha Lima, irmão de Ronaldo Cunha Lima, e Ney Suassuna como candidato ao Senado. Além disso, ficou acordado que Cássio Cunha Lima, então prefeito de Campina Grande, seria o candidato do partido nas eleições de 2002, e Maranhão concorreria a vaga de senador.

Foi nesse clima de harmonia que durante a chamada “Convenção da unidade”, realizada no Clube Astrea, localizado na cidade de João Pessoa, o senador Ronaldo Cunha Lima proferiu o seguinte discurso:

Nós comprometeríamos nossa história se deixássemos mudar essa história. Ao povo não interessa a avaliação de culpas e não aceitaria desculpas. (...) concluimos aqui uma etapa de reflexão e debates, de consultas e audiências, de divergências e convergências, próprias dos homens livres e a natureza sincera de um partido democrático. (...) E aqui estamos, companheiro José Maranhão, para dizer, em nome do invisível e invencível PMDB da democracia e da liberdade, da lealdade e da coragem cívica, que você é nosso candidato a governador. Você ganha, assim, desde já, a condição de candidato do PMDB, junto com Ivandro Cunha Lima e Ney Suassuna. (RONALDO CUNHA LIMA *apud* MELLO, 2015, p. 245).

Porém, com o decorrer do mandato de José Maranhão, a divisão dos membros do partido entre os dois líderes foi ficando a cada dia mais acentuada, tendo essa disputa intrapartidária ganhado maior evidência no período que antecedeu as convenções partidárias para as eleições de 1998, ocasionando uma verdadeira cisão interna. O partido que por anos foi organizado por uma coalizão dominante coesa, agora encontrava-se dividido entre duas facções, tendo, inclusive, os seus conflitos extrapolado os limites internos e passado a ser cotidianamente matéria de jornais, além de refletirem nas votações da Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa.

4 A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO (P)MDB PARAIBANO: DOS EMBATES INTRAPARTIDÁRIOS À CRISE INSTAURADA

4.1 APRESENTANDO OS PERSONAGENS

O líder dos ronaldistas: o Senador Ronaldo Cunha Lima¹⁵

No ano de 1958, apesar de seu partido não ter conseguido conquistar a prefeitura, Ronaldo Cunha Lima elege-se a vereador pelo PTB. Vale ressaltar, que ele nunca perdeu uma eleição pelo voto direto, tendo ocupado todos os cargos eletivos, com exceção da Presidência da República.

Nas eleições de 1962, foi eleito para deputado estadual pelo PTB, tendo obtido a maior votação do partido, tomando posse na Assembleia Legislativa em janeiro de 1963. Após o movimento político-militar de 31 de março de 1964, que depôs o presidente João Goulart (1961-1964), os partidos políticos foram extintos pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2), editado em 27 de outubro de 1965. Com a instauração do bipartidarismo, filiou-se ao (P)MDB, quando no pleito de outubro de 1966, reelegeu-se deputado estadual com a maior votação não só em sua nova legenda, mas em todo o estado.

Respaldo por seu prestígio político, disputou a prefeitura de Campina Grande, em outubro de 1968, e foi eleito. Assumiu o mandato em 29 de janeiro de 1969, após deixar o Legislativo estadual, mas permaneceu à frente da prefeitura somente até 13 de março, quando teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos por 10 anos em decorrência do AI-5, editado em 13 de dezembro do ano anterior.

Retornando a seu estado natal, em 1980, filiou-se ao (P)MDB, do qual sempre se orgulhou de dizer que possuía o registro de filiado número 1. Em 1982, disputou com Antônio Mariz a vaga para candidato do partido ao cargo de governador, mas, de acordo com ele, em nome da coesão partidária, preferiu renunciar e concorrer à prefeitura de Campina Grande. Eleito prefeito, tomou posse em janeiro de 1983. Com a prorrogação

¹⁵ Ronaldo José da Cunha Lima nasceu em Guarabira (PB), no dia 18 de março de 1936, filho de Demóstenes Cunha Lima e de Francisca Bandeira da Cunha, mais conhecida por D. Nenzinha Cunha Lima. É o sexto filho de onze irmãos: Aluízio, Ivandro, Lúcio, Zélia, Fernando, Ronaldo, Roberto, Marta, Maria José, Terezinha e Renato. Além de advogado, formado pela Universidade Federal da Paraíba, era poeta e empresário rural. Foi vereador (1959-1963) e prefeito por duas vezes pelo município de Campina Grande (PB) (1969/1983-1988), deputado estadual (1963-1967/1967-1969), deputado federal (2003-2007), governador da Paraíba (1991-1994) e senador (1995-2003).

dos mandatos municipais em 1986, para que não houvesse coincidência com as eleições estaduais e federais, permaneceu no cargo por seis anos.

Embalado pelo seu prestígio, lançou como candidato à sua sucessão o seu filho, o deputado federal Cássio Cunha Lima, eleito em 1986 com mais de 93 mil votos, a segunda maior votação em todo o estado. No pleito de novembro de 1988, conseguiu eleger seu sucessor na prefeitura do segundo maior colégio eleitoral da Paraíba.

Em 1990, foi escolhido pelo (P)MDB para concorrer ao governo do estado, entrando na disputa como “azarão”, num pleito em que seu principal adversário era o ex-governador Wilson Braga (1983-1986), candidato de uma forte coligação composta por oito partidos e comandada pelo PDT. Com uma campanha que tinha como *slogan* “nem Braga, nem Buriti”, referindo-se a seus adversários que vinham se revezando no poder há quatro eleições, habilitou-se para a disputa do segundo turno, apesar de ter sido derrotado no primeiro turno. Com o apoio político de João Agripino Maia, que havia apoiado seu adversário no primeiro turno, e financeiro do ex-governador paulista Orestes Quércia, virou a disputa no segundo turno, realizado em 15 de novembro, e derrotou seu opositor com cerca de 150 mil votos de vantagem. Foi o único governador que o (P)MDB conseguiu eleger no Nordeste.

Pouco antes de passar o governo ao seu sucessor, Tarcísio Buriti (PFL) viu o Banco Central decretar a falência do Banco do Estado da Paraíba (PARAIBAN) e estava com os salários dos servidores em atraso. Para sanar esta situação, precisava de autorização da Assembleia Legislativa para fazer um empréstimo bancário. Cunha Lima, embora eleito, mas ainda não empossado, tinha maioria no legislativo e influenciou os deputados para que não autorizassem o empréstimo. Buriti concluiu o mandato com o pagamento dos servidores atrasado quatro meses e rompeu com o novo governador.

De acordo com Mello (2015, p. 192-193), ao assumir o governo em março de 1991, Cunha Lima prometeu governar sem retaliações a seus antecessores: Tarcísio Buriti e Wilson Braga. Mas logo responsabilizou Buriti pelo fechamento do PARAIBAN. As desavenças iniciais tiveram sérios desdobramentos. Para resolver o problema da dívida do estado, conseguiu, através de um acordo, negociá-la junto ao governo federal. Seguindo a linha de ação do Planalto, foi o primeiro governador a obter esse privilégio. Saneou as finanças do estado e obteve sucesso em programas sociais nas áreas de saúde e segurança.

Em novembro de 1993, no episódio conhecido como “Caso Gulliver”¹⁶, tentou matar Tarcísio Buriti no restaurante Gulliver, localizado na capital paraibana, que, em entrevista à emissora de televisão “O Norte”, de João pessoa, acusara seu filho Cássio Cunha Lima, na época à frente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de estar cometendo irregularidades na autarquia. Após o atentado, em que feriu com um tiro o rosto do seu adversário político, Cunha Lima foi preso pela Polícia Federal (PF), em Campina Grande, e teve que se afastar temporariamente do governo do estado, sendo substituído pelo vice-governador Cícero Lucena Filho. Após concessão de *habeas-corpus* pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), no mesmo dia do atentado, Ronaldo deixou a sede da Polícia Federal em Campina Grande, sete horas depois de ter sido preso.

A oposição aproveitou sua licença do cargo, inicialmente por dez dias, para tentar articular uma manobra e impedir que reassumisse o cargo. Foi organizada uma frente com os grupos ligados ao ex-governador Wilson Braga e ao senador Raimundo Lira (PFL), além de outros inimigos políticos de Cunha Lima. Porém, mais uma vez valeu a Constituição Estadual, pela qual o governador só deixa o poder por renúncia ou se for afastado pela Assembleia Legislativa. Como a primeira hipótese estava fora de cogitação e a segunda era impossível, porque Cunha Lima controlava 23 dos 36 deputados estaduais, as articulações de nada adiantaram, fazendo com que ele reassumisse o cargo no dia 26 de novembro do mesmo ano.

Em agosto de 1994, apesar de o Superior Tribunal de Justiça ter reaberto o processo no qual era denunciado por tentativa de homicídio qualificado, as pesquisas dos institutos Port, de Recife, e Marketing, da Paraíba, mostravam que Cunha Lima tinha 56% da preferência do eleitorado de todo o estado e em Campina Grande, seu principal reduto eleitoral, chegava a 82%¹⁷. Esse desempenho acabou fazendo com que levasse a reboque as candidaturas de Humberto Lucena, que disputava a outra vaga para o Senado, e de Antônio Mariz, para o governo do estado. Em todas as propagandas o nome do ex-governador aparecia antes dos outros. Segundo Mello (2015, p. 222), o material impresso

¹⁶ Viola calibre 38. **Veja**. São Paulo, 10 de novembro de 1993, ed. 1.313, p. 32-37.

¹⁷ **DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO (DHBB/CPDOC)**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Verbetes temáticos e bibliográficos. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2022.

e o *jingle* de campanha colocavam sempre os nomes na ordem de preferência do eleitor: Ronaldo, Humberto e Mariz.

Em outubro de 1994, elegeu-se senador na legenda do (P)MDB com 517.833 votos. Mais uma vez a maior votação do estado, chegando à frente do senador Humberto Lucena, que se reelegeu com 415.900 votos. Quanto a Antônio Mariz, classificou-se para o segundo turno, quando venceu sua adversária Lúcia Braga, confirmando, assim, a preferência do eleitorado demonstrada nas pesquisas.

Tabela 6 - Resultado das eleições de 1994, para o cargo de Senador do estado da Paraíba

Candidato	Partido	Votos	Percentual
Ronaldo Cunha Lima	(P)MDB	517.833	26,84%
Humberto Lucena	(P)MDB	415.900	21,26%
Raimundo Lira	PFL	381.186	19,76%
João Agripino	PFL	319.095	16,54%
Joaquim Neto	PT	135.834	7,04%
Francis Zenaide	PCdoB	65.972	3,42%
João Bosco Melo	PMN	47.471	2,46%
João Nunes de Castro	PMN	45.898	2,38%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Assumiu o mandato em fevereiro de 1995 e passou a integrar, como titular, as comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania; como suplente, as comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Em junho, após perder a relatoria da emenda das telecomunicações, por antecipar sua opinião contra a proposta do governo, foi indicado por seu partido como relator da emenda que flexibilizava o monopólio do petróleo. Na votação, manifestou-se favorável ao fim do monopólio da Petrobras na exploração do petróleo, desde que a estatal não fosse privatizada, à manutenção do controle da empresa nas 29 bacias já identificadas e, ainda, à preferência para a Petrobras nas concorrências, quando as condições das outras empresas forem iguais.

Com a proximidade da realização do pleito de 1998, Cunha Lima entrou em conflito com o então governador da Paraíba, José Maranhão, disputando com este a indicação do (P)MDB para a disputa do Executivo estadual. Na disputa, Maranhão levou a melhor e nas eleições obteve mais de 80% dos votos válidos. As contradições entre o grupo de Cunha Lima e o governador paraibano se agravaram, até que em 2001, Ronaldo

Cunha Lima e Cássio Cunha Lima decidiram abandonar a legenda (p)emedebista e ingressar no PSDB.

Ronaldo Cunha Lima exerceu seu mandato no Senado até o final, em 2002, quando foi eleito para a Câmara Federal. Nesta mesma eleição seu filho, Cássio Cunha Lima, elegeu-se governador da Paraíba, vencendo Roberto Paulino, atual vice-governador e candidato à reeleição pelo (P)MDB. Em 2006, Ronaldo Cunha Lima foi reeleito deputado federal, e novamente conseguiu reeleger seu filho governador, vencendo José Maranhão por pequena margem dos votos.

Em 31 de outubro de 2007, Ronaldo Cunha Lima renunciou ao mandato de deputado federal, no mesmo momento em que o Supremo Tribunal Federal (STF) marcava para o dia 5 de novembro, seu julgamento como réu do “Caso Gulliver”. Com a renúncia, Ronaldo Cunha Lima perdeu o foro privilegiado, e assim, seu processo acabou saindo da alçada do STF, sendo enviado ao Tribunal do Júri de João Pessoa. Na ocasião, o ministro do STF Joaquim Barbosa reagiu indignado, acusando Ronaldo Cunha Lima de ter realizado uma manobra para evitar a condenação e de, com seu ato, ter feito “escárnio para com a justiça”.¹⁸

Sem chegar a ser julgado pelo “Caso Gulliver”, Ronaldo Cunha Lima faleceu em 7 de julho de 2012, na cidade João Pessoa.

O líder dos maranhistas: o Governador José Maranhão¹⁹

José Targino Maranhão ingressou na política em 1954, ao filiar-se ao PTB, partido pelo qual elegeu-se para deputado estadual no mesmo ano, tomando posse na Assembleia Legislativa em janeiro de 1955. Em 1958, reelegeu-se para deputado estadual,

¹⁸ **DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO (DHBB/CPDOC)**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Verbetes temáticos e bibliográficos. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2022.

¹⁹ José Targino Maranhão nasceu em Araruna (PB), no dia 6 de setembro de 1936, filho de Benjamim Gomes Maranhão e de Benedita Targino Maranhão. Seu pai foi líder político e prefeito de sua cidade natal em 1955. Seu avô materno, José Targino, foi vice-governador da Paraíba entre os anos de 1947 e 1950, chegando a assumir o governo do estado no ano de 1951. Foi advogado, pecuarista e empresário, formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em João Pessoa. Foi deputado estadual (1955-1959/1959-1963/1963-1967/1967-1969), deputado federal (1983-1987/1987-1991/1991-1995), vice-governador (1995), governador da Paraíba por três vezes (1995-1999/1999-2003/2009-2011) e senador (2003-2009/2015-2021).

licenciando-se em março de 1960 para assumir a Secretaria de Agricultura da Paraíba, durante o mandato interino do governador João Fernandes de Lima (1960-1961).

Retornou à Assembleia no ano de 1962, onde passou a integrar a Comissão de Produção, Estatística e Obras Públicas, a Comissão de Negócios Municipais e a Comissão de Educação e Saúde. Ao deixar essas comissões, tornou-se o titular da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça e da Comissão de Finanças. Ainda no mesmo ano reelegeu-se para mais uma legislatura, porém, com a instauração do regime militar em abril de 1964, a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e com a consequente instalação do bipartidarismo, filiou-se ao (P)MDB.

Em outubro de 1966, foi reeleito para mais um mandato de deputado estadual, desta vez na legenda do (P)MDB. Tomou posse em janeiro do ano seguinte e passou a integrar, como suplente, de 1967 a 1968, à Comissão de Justiça e Legislação da Assembleia Legislativa paraibana. Porém, com o endurecimento do regime militar e com a intensificação do processo de cassação de mandatos dos seus opositores, em janeiro de 1969 teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos. Com a extinção do bipartidarismo em novembro de 1979 e a consequente reformulação partidária, retornou à política, filiando-se, em 1980, ao recém-criado PMDB, sucessor do MDB.

Considerado um político conservador e representante dos interesses do setor agrário, principalmente dos plantadores de algodão, em novembro de 1982, José Maranhão elegeu-se deputado federal pela Paraíba. No início de 1983, foi apresentado na Câmara o projeto de emenda constitucional do deputado Dante de Oliveira do (P)MDB-MT, propondo o restabelecimento de eleições diretas para a presidência da República. A apresentação dessa emenda proporcionou o desencadeamento de uma campanha nacional, que ficou conhecida como campanha das “diretas-já”. Na sessão da Câmara dos Deputados de 25 de abril de 1984, José Maranhão votou a favor do projeto, que, por falta de 22 votos, não foi aprovado, inviabilizando-se sua apreciação pelo Senado²⁰.

Em 1986, José Maranhão passou a integrar, como suplente, a Comissão de Desenvolvimento Urbano. Em novembro concorreu a uma cadeira de deputado federal constituinte na legenda do (P)MDB, reelegendo-se com a terceira maior votação do

²⁰ **DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO (DHBB/CPDOC)**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Verbetes temáticos e bibliográficos. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2022.

partido e a quinta em todo o estado. Durante seu primeiro mandato, na votação das matérias de interesse da classe trabalhadora, sempre que esteve presente manifestou-se contra todos os decretos-leis de arrocho salarial.

Com a promulgação da Constituição em 5 de outubro de 1988, continuou a exercer o seu mandato ordinário de deputado federal. Em outubro de 1990 voltou a se reeleger deputado federal na legenda do (P)MDB. Em outubro de 1994 José Maranhão foi eleito vice-governador da Paraíba, na chapa (p)emedebista encabeçada pelo senador Antônio Mariz. Deixou a Câmara dos Deputados em dezembro e foi empossado vice-governador em janeiro de 1995, exercendo interinamente a chefia do governo nas várias licenças do titular para tratamento de saúde. Permaneceu no cargo até 17 de setembro desse mesmo ano, quando, em virtude do falecimento de Antônio Mariz, foi efetivado como governador do estado²¹.

Com a aprovação, em maio de 1997, da emenda constitucional que permitia aos ocupantes dos executivos federal, estaduais e municipais concorrerem à reeleição, Maranhão apresentou-se como candidato a um novo mandato, mas teve de enfrentar nas prévias internas do (P)MDB o grupo ligado a Ronaldo Cunha Lima, que buscava ser o nome do partido para o governo estadual. Vencendo a disputa interna na agremiação, em outubro de 1998 — na coligação comandada pelo (P)MDB e integrada pelos partidos do PFL/PSDB/PPB/PTB/PDT —, José Maranhão foi eleito para novo mandato, com 877.852 votos, mais de 80% dos votos válidos, contra 175.234 do deputado federal Gilvan Freire, candidato do PSB. Em janeiro de 1999, tomou posse no governo da Paraíba.

²¹ **DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO (DHBB/CPDOC)**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Verbetes temáticos e bibliográficos. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2022.

Tabela 7-Resultados das eleições de 1998, para o cargo de Governador da Paraíba

Candidatos	Partido	Votos	Percentual
José Maranhão Targino	PMDB	877.852	80,72%
Gilvan da Silva Freire	PSB	175.234	16,11%
José Valadares Antônio	PRP	14.090	1,29%
João César de Araújo	PMN	11.095	1,02%
Marcelino Rodrigues da Silva	PSTU	9.244	0,85

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Os conflitos entre José Maranhão e o grupo de Cunha Lima provocou a saída, em 2001, de Ronaldo Cunha Lima e seu filho e herdeiro político, Cássio Cunha Lima, para o PSDB. Em 2002, Maranhão renunciou ao governo estadual para disputar uma vaga de senador, deixando seu vice, Roberto Paulino, à frente do Executivo paraibano. No pleito para o Senado, Maranhão recebeu 831.083 votos, um recorde histórico para o Estado, mas não conseguiu emplacar seu correligionário no governo estadual, derrotado por Cássio Cunha Lima.

Tabela 8-Resultado das eleições de 2022, para o cargo de Senador da Paraíba

Candidato	Partido	Votos	Percentual
José Maranhão Targino	PMDB	831.083	28,71%
Efraim de Araújo Morais	PFL	594.191	20,53%
Wilson Leite Braga	PFL	591.390	20,43%
Tarcísio de Miranda Buriti	PMDB	510.734	17,64%
Ana Lígia Costa Feliciano	PSC	169.895	5,87%
Simão de Almeida Neto	PC do B	113.405	3,91%
Antônio Barbosa da Silva	PSB	60.290	2,08%
Hermano Nepomuceno Araújo	PPS	14.576	0,50%
Tania Maria de Oliveira Brito	PSTU	6.543	0,22%
Joseilson Moura Freitas	PCO	2.061	0,07%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Em 2006, José Maranhão voltou a disputar, sem sucesso, o governo paraibano, no entanto, Cássio Cunha Lima acabou sendo reeleito no segundo turno, com 51% dos votos. Entretanto, a coligação partidária que apoiava José Maranhão resolveu entrar com uma ação no Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE/PB), com o fito de pedir a cassação de Cássio Cunha Lima, sob a acusação de que o governo estadual teria “comprado” votos no pleito de 2006, através da distribuição na véspera da eleição de 35 mil cheques da Fundação de Ação Comunitária (FAC), escândalo que ficou conhecido como “Caso FAC”.²² Em 30 de julho de 2007, o TER/PB decidiu cassar o mandato de Cássio Cunha Lima e do vice-governador José Lacerda Neto (DEM), determinando à Assembleia Legislativa dar posse a José Maranhão e a seu vice Luciano Cartaxo.

Tabela 9-Resultado das eleições do 2º turno de 2006, para o cargo de Governador do estado da Paraíba

Candidato	Partido	Votos	Percentual
Cássio Rodrigues da Cunha Lima	PSDB	1.003.102	51,35%
José Maranhão	PMDB	950.269	48,68%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Governador da Paraíba pela terceira vez, Maranhão concorre novamente ao cargo de governador do estado nas eleições de 2010, buscando o seu quarto mandato, mas acaba sendo novamente derrotado no segundo turno, dessa vez pelo ex-prefeito da capital Ricardo Coutinho, do PSB, que obteve 53,70% dos votos válidos contra seus 46,30%.

Tabela 10-Resultado das eleições do 2º turno de 2010, para o cargo de Governador do estado da Paraíba

Candidato	Partido	Votos	Percentual
Ricardo Coutinho	PSB	1.079.164	53,70%
José Maranhão	PMDB	930.331	46,30%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

²² **DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO (DHBB/CPDOC)**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Verbetes temáticos e bibliográficos. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2022.

Nas eleições de 2012, foi o candidato a prefeito de João Pessoa pelo (P)MDB, sendo derrotado nas urnas, obtendo apenas o quarto lugar e ficando de fora do segundo turno, com uma votação de 69.978 votos, representando 18,87% dos votos válidos. Em 2014, foi indicado pelo seu partido como candidato a senador da República, cargo pelo qual se elege pela segunda vez com 647.271 votos (37,12% dos votos válidos).

Tabela 11-Resultado das eleições do 1º turno de 2012, para o cargo de prefeito do município de João Pessoa/PB

Candidato	Partido	Votos	Percentual
Luciano Pires de Sá	Cartaxo PT	142.158	38,31%
Cícero de Filho	Lucena PSDB	75.170	20,26%
Estelizabel de Souza	Bezerra PSB	74.498	20,08%
José Maranhão	Targino PMDB	69.978	18,86%
Renan Costa	Palmeira PSOL	5.830	1,57%
Antônio Lima Neto	Ferreira PSTU	2.102	0,56%
Maria de Sarmiento	Lourdes PCO	1.192	0,32%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Tabela 12-Resultado das eleições de 2014, para o cargo de Senador do estado da Paraíba

Candidato	Partido	Votos	Percentual
José Maranhão	Targino PMDB	647.271	37,11%
Lucélio Pires de Sá	Cartaxo PT	521.938	29,92%
José Santiago	Wilson PTB	506.093	29,01%
Leila de Tavares da Fonseca	Cássia PROS	44.627	2,55%
Nelson Silva Júnior	Aleixo da PSOL	11.502	0,65%
Walter Brito Filho	Correia de PTC	11.063	0,63%
Severina Ramos Dantas	dos Silva PSTU	1.461	0,08%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

No ano de 2018, tentou um quarto mandato de governador pelo (P)MDB. Ficou em terceiro lugar, após derrota para o candidato governista João Azevedo (PSB), que venceu em primeiro turno com 58,18% dos votos. Em 2019, prosseguiu seu mandato de oito anos como Senador representante da Paraíba.

Tabela 13-Resultado das eleições de 2018, para o cargo de Governador da Paraíba

Candidato	Partido	Votos	Percentual
João Azevedo Lins Filho	PSB	1.119.758	58,18%
Lucélio Pires de Sá	Cartaxo PV	450.525	23,40%
José Maranhão	Targino MDB	355.604	18,47%
Tárcio Teixeira	Holanda PSOL	15.522	0,80%
Severina Ramos Dantas	dos Silva PSTU	3.146	0,16%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Em novembro de 2020, logo após as eleições municipais, Maranhão foi diagnosticado com Covid/19, ficando internado por aproximadamente dois meses, vindo a falecer no dia 08 de fevereiro de 2021.

4.2 OS CONFLITOS INTRAPARTIDÁRIOS E OS SEUS DESDOBRAMENTOS

Na visão de Mello (2010), as disputas intrapartidárias são comuns e, por muitas vezes, necessárias para o pleno exercício da democracia e o equilíbrio da organização. Como em todo partido, no decorrer da história do (P)MDB paraibano ocorreram alguns conflitos internos, mas nada que pudesse afetar a sua estabilidade.

Segundo Mello (2015, p. 176-177), após as eleições de 1986, ao ser eleito governador da Paraíba, o recém chegado ao (P)MDB, Tarcísio Buriti, passou a seguir um caminho próprio, recusando-se a atender algumas pretensões partidárias, dentre elas, ao recrutar adversários do partido para a sua administração, além de não apoiar o (p)emedebista João Fernandes da Silva para a presidência da Assembleia Legislativa, optando por Severino Ramalho Leite, um ex-pepista do (P)MDB. Como resultado, o deputado Fernandes teve que se eleger como votos conquistados fora da bancada partidária, da qual, imediatamente, seis componentes romperam com o governo do estado.

Em 1989, preocupados que os conflitos dentro do partido interferissem na estabilidade política e eleitoral do mesmo, já que as eleições gerais de 1990 se aproximavam, ronaldistas, humbertistas e marizistas iniciaram, imediatamente, uma resistência à conduta do governador Buriti, causando, o seu rompimento com o (P)MDB e, conseqüentemente, a migração para o PRN, partido do então Presidente Fernando Collor.

De acordo com Mello (2015, p. 177-178), Tarcísio Buriti levou consigo vários membros do (P)MDB, dentre eles, um senador, dois deputados federais, 12 deputados estaduais, cerca de 70 prefeitos, além de um número elevado de vereadores e lideranças locais. Porém, ao iniciar a campanha para o governo do estado nas eleições de 1990, Ronaldo Cunha Lima, para o qual cargo era candidato e não era considerado favorito, deu início a retomada de fortalecimento do (P)MDB, ao conseguir trazer de volta ao partido vários buritistas que haviam rompido em 1989. Foi diante desse cenário político estável que o (p)emedebista conseguiu reverter o resultado do primeiro turno, do qual o pedetista Wilson Braga tinha vencido, consagrando-se eleito no segundo turno.

Para o autor, Ronaldo Cunha Lima era até o ano de 1994 considerado a maior liderança do (P)MDB e uma das maiores do estado da Paraíba, porém com a morte do governador Antônio Mariz, em 1995, e, conseqüentemente, com a ascensão de Maranhão ao poder, este passou a formar fortes alianças dentro e fora do partido, o que o levou a despontar como uma liderança interna e também externamente.

As eleições estaduais de 1998 na Paraíba não foram marcadas pelas disputas entre partidos pelo o cargo de governador do estado, como normalmente acontece, mas por uma forte batalha intrapartidária no (P)MDB, entre os grupos liderados pelo então senador Ronaldo Cunha Lima e o liderado pelo então governador José Targino Maranhão.

Diante do forte poder político do (P)MDB no estado, decorrente de suas lideranças, os demais partidos praticamente sucumbiram no que diz respeito à disputa pelos cargos majoritários. Sendo assim, a corrida eleitoral ficou por conta dos correligionários, Ronaldo Cunha Lima, então senador, que almejava retornar ao Palácio da Redenção, e José Targino Maranhão, então governador, que queria tentar a reeleição aprovada pela EC nº 16/1997.

O (P)MDB paraibano possuía políticos renomados no cenário regional e também nacional, tais como Humberto Lucena, Antônio Mariz, dentre outros. Porém, logo no início da década de 1990 o nome de Ronaldo Cunha Lima despontou como a principal liderança do partido, sendo considerado um político influente no estado, onde formou

várias alianças e com um alto poder eleitoral. Havia no (P)MDB o que Panebianco (2005) denomina de coalizão dominante coesa, que gerava uma estabilidade dentro do partido, sendo, provavelmente, um dos pontos responsáveis pela hegemonia política e eleitoral alcançada. A respeito do que foi mencionado, Panebianco faz a seguinte consideração:

As negociações desequilibradas, com efeito, não se desenvolvem somente entre a coalizão dominante e seus seguidores, mas também em seu interior. A todo momento os equilíbrios de poder podem ser alterados no interior da coalizão, porque um ou outro líder adquire um controle maior sobre certas zonas cruciais de incerteza, aumentando, assim, a própria capacidade de distribuir incentivos à custa de outros líderes. Portanto, uma coalizão dominante é sempre uma construção potencialmente precária. Ela pode desagregar-se sob o impacto de forças externas (as elites minoritárias) quando mostra não estar mais em condições de controlar as zonas de incerteza organizativa ou pode dissolver-se em razão dos seus conflitos internos, devidos a mudanças no centro de gravidade do poder (PANEBIANCO, 2005, p. 74).

O (P)MDB paraibano alcançou entre os anos de 1994 e 1998, uma estabilidade eleitoral no estado jamais vista, como se pode observar na Tabela 1, há mais de uma década o partido não era derrotado em nenhuma eleição majoritária, além de ocupar a maioria das cadeiras no Legislativo. Para Sartori (1982, p. 109), “se, porém, um partido consegue – por quaisquer razões – uma situação eleitoralmente segura, a unidade partidária e o partido como unidade tenderão a dar lugar a desunião subpartidária”. Foi o que ocorreu com o (P)MDB a partir de 1995, quando Maranhão assumiu o poder, culminando no ano de 1998, durante o período que antecedeu as convenções partidárias. Como o partido tinha alcançado uma hegemonia, não tendo outro com capacidade para derrotá-lo nas eleições majoritárias gerais, a disputa pelo poder passou a ocorrer dentro da própria unidade partidária, como bem descreve Mello (2010), em seu livro intitulado *Da Resistência do Poder: O P(M)DB na Paraíba (1965/1999)*:

Nesses termos, as eleições de 1998 expressaram contraditório sucesso do PMDB. Isso porque, se por um lado o partido esbanjava vitalidade, mediante eleição de Presidente da República aliado, governador dos próprios quadros, assim como três senadores, um dos quais eleito naquele ano, seis deputados federais e dezesseis estaduais, - aprofundava-se a cisão entre *maranhistas* e *ronaldistas*. De lambujem, ainda se sacrificavam quadros de nível de Zito Clerot (MELLO, 2010, p. 234).

Já havia rumores de que o (P)MDB paraibano encontrava-se dividido entre duas facções, ronaldistas *versus* maranhistas, foi aí, que o partido resolveu firmar o chamado “Acordo da Granja”, onde os ronaldistas apoiariam a candidatura à reeleição de José

Maranhão ao Governo do Estado e, em contrapartida, Cássio Cunha Lima seria o candidato nas eleições de 2002.

Porém, após um evento organizado no Clube Campestre, na cidade de Campina Grande, no dia 21 de março de 1998, com o intuito de homenagear o então senador Ronaldo Cunha Lima pela passagem do seu aniversário, o que era para ser um momento festivo, materializou oficialmente a divisão do partido, haja vista, o então senador ter proferido um discurso diretamente para o então governador, acusando os seus correligionários de estarem aproveitando do evento para lhe disferir provocações e causar intriga entre os partidários.^{23 24}

Após o episódio do Campestre, como ficou conhecido, a divergência entre as duas correntes só se acentuou, culminando com a chamada para renovar a comissão executiva, que foi disputada entre ronaldistas e maranhistas, tendo os últimos vencido por 37 a 34 votos. Com o diretório estadual homogeneizado pelos maranhistas, a convenção estadual foi convocada para 14 de junho de 1998, com o objetivo de compor chapas para o pleito de 3 de outubro.

As prévias da convenção partidária de 1998 foram marcadas por vários conflitos entre os aliados do grupo Cunha Lima e os aliados do então governador Maranhão. Ambos os lados trocaram graves acusações de compra de votos e o antagonismo entre as duas facções ultrapassou as fronteiras partidárias, sendo todos os dias matéria dos jornais locais e até de fora do estado^{25 26}. Após a derrota do então senador Ronaldo Cunha Lima na convenção partidária, o mesmo utilizou a tribuna do Senado Federal para acusar o seu adversário de usar a máquina do governo para comprar votos dos membros de seu partido, a fim de ser o candidato a governador nas eleições de 1998²⁷.

²³ Foguetes, balas e Justiça. **O Estado**. Fortaleza, 30 de jun. de 2008. Disponível em: <https://oestadoce.com.br/nacional/foguetesbalas-e-justica/>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2022.

²⁴ FERREIRA, Edilene; LIMA, Diana; ANDRADE, Niedja. Campestre: o dia que Maranhão e Ronaldo Cunha Lima dividiram a política da Paraíba. **Paraíba Já**. 09 de fev. de 2021. Disponível em: <https://paraibaja.com.br/campestre-o-dia-que-ze-maranhao-e-ronaldo-cunha-lima-dividiram-a-politica-paraibana/>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2022.

²⁵ Governador e senador da Paraíba disputam convenção acirrada. **Folha de Londrina**, Londrina, 13 jun. 1998. Disponível em: <http://www.folhadelondrina.com.br>. Acesso em: 11 fevereiro 2022.

²⁶ VAZ, Lúcio. Paraíba tem tentativa de compra de votos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 maio 1998. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 10 fevereiro de 2022.

²⁷ Pronunciamento de Ronaldo Cunha Lima. **Senado Federal**, Brasília, 18 jun. 1998. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br>. Acesso em: 12 fevereiro de 2022.

Passado o pleito, o então governador José Targino Maranhão saiu vitorioso, conseguindo a sua reeleição ainda no primeiro turno com 80,72% dos votos (vide Tabela 7). Nesse período já havia uma cisão no partido, onde o grupo Cunha Lima passou a fazer oposição ao governo mesmo sendo parte da mesma agremiação.

O choque entre as duas correntes que buscavam controlar o partido tornou-se inevitável. Maranhão procurou quebrar a frente adversária, infiltrando o presidente do Diretório Estadual, Haroldo Lucena, como vice-prefeito de Cícero, e tentando atrair o próprio Cícero, na insinuação de torna-lo candidato oficial do Governo do Estado, em 2002. Já os Cunha Lima, albergando-se no PSDB, até então linha auxiliar do PMDB, para o qual migraram os maranhistas do tucanato, aproximaram-se do PT campinense para consolidar a principal base de sustentação. Além disso, articularam o chamado eixo BR-230, mediante alianças com as Prefeituras de patos, Sousa e Cajazeiras quando, em seguida à opção ronaldista pelo PSDB, o PFL de Efraim Morais e Wilson Braga optou pelo esquema de Cunha Lima (MELLO, 2010, p. 60-61).

A disputa entre as duas facções só se agravou mais, até que em 2001, o então senador Ronaldo Cunha Lima, juntamente com os seus correligionários, resolveu romper com o partido, passando a filiar-se ao PSDB. No ano seguinte, José Targino Maranhão elegeu-se senador, com uma votação bastante expressiva, enquanto que Cássio Cunha Lima, filho de Ronaldo Cunha Lima, elegeu-se governador pelo PSDB, derrotando o (p)emedebista Roberto Paulino.

Com a primeira derrota nas eleições estaduais para o executivo depois de 16 anos, o (P)MDB deu início a um período de instabilidade, por outro lado, o PSDB, que possuía pouca ou nenhuma expressão no estado, começou a expandir-se e crescer em número de filiados e, conseqüentemente, de cargos ocupados. Além disso, após os resultados das eleições de 2002, outros conflitos surgiram dentro do partido, com acusações por parte de Tarcísio Buriti, que concorrera ao cargo de senador, de que José Maranhão não teria se dedicado o suficiente à campanha para o executivo, mas apenas a sua ao Senado e de seus sobrinhos, Olenka Maranhão e Benjamim Maranhão, eleitos deputada estadual e deputado federal, respectivamente. Um dos motivos da acusação seria a de que a reeleita deputada Olenka não veiculou nenhuma vez o (P)MDB, nem o candidato a governador, Roberto Paulino, em seu horário gratuito na TV.

De acordo com Mello (2007, p. 93), já nas eleições de 2006, após a derrota de José Maranhão para Cássio Cunha Lima no primeiro turno (vide Tabela 9), o então senador do (P)MDB, Ney Suassuna, que foi derrotado na disputa pela vaga ao Senado para o peessedebista Cícero Lucena, e que era considerado como o maior suporte financeiro da campanha, omitiu seu apoio ao (p)emedebista no segundo turno, pois acreditava ter sido

traído por alguns partidários que eram contra a sua candidatura, devido ao envolvimento do seu nome no chamado “Escândalo das Sanguessugas”, que se tratava de uma operação que investigava a compra superfaturada de ambulâncias pelo Ministério da Saúde. Alguns membros do partido temiam que a candidatura de Ney Suassuna fosse lesiva à imagem de José Maranhão, portanto, tentaram no primeiro turno separar as duas campanhas.

Tabela 14-Resultado das eleições de 2006, para o cargo de Senador do estado da Paraíba

Candidato	Partido	Votos	Percentual
Cícero de Lucena Filho	PSDB	803.600	48,25%
Ney Suassuna	PMDB	725.502	43,56%
Vital Farias	PSOL	99.966	6%
Walter Amorim de Araújo	PRTB	13.541	0,81%
Joseilson Moura	PCO	7.576	0,45%
Ronaldo Medeiros	PSL	7.294	0,43%
Livieto Regis Filho	PSDC	5.580	0,33%
Antônio Pereira da Silva	PCB	2.384	0,14%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

4.3 A MUDANÇA ORGANIZATIVA DO (P)MDB PARAIBANO E AS CONSEQUÊNCIAS ELEITORAIS PARA O PARTIDO

Como já foi dito, o (P)MDB paraibano passou por um processo de mudança organizativa a partir de meados da década de 1990. O partido que vinha sendo controlado há anos por uma coalizão dominante coesa, passou a lidar com a divisão entre dois grupos que disputavam o poder dentro e fora do partido. Como bem observou Santos *apud* Mello (2010):

As eleições paraibanas têm características diferentes dos demais Estados. Aqui está formado um quadro partidário *sui generis*, em que a disputa principal está dentro de um só partido – o PMDB.

Ao contrário do que se apresenta em outras unidades federativas, situação e oposição não se utilizam de trincheiras diferentes, mas estão abrigadas sob a mesma bandeira partidária (SANTOS *apud* MELLO, 2010, p. 254).

Porém, antes de se adentrar na análise da mudança organizativa enfrentada pelo partido no período mencionado e dos possíveis fatores que desencadearam o processo, de acordo com as teorias discutidas por Panebianco (2005), faz necessário apresentar o conceito por ele atribuído. Vejamos:

[...] Uma mudança da ordem organizativa é, segundo minha terminologia, uma mudança da conformação da coalizão dominante do partido. Uma mudança da ordem organizativa pode ser assim considerada quando modifica a relação entre os grupos internos, alterando a distribuição do controle sobre os incentivos, reestruturando tanto os jogos de poder verticais (as trocas elite-seguidores) quanto, em razão da sua interdependência, os jogos de poder horizontais (as trocas elite-elite) (PANEBIANCO, 2005, p. 475).

Em sua obra, Panebianco (2005) analisa três questões acerca da mudança organizativa dos partidos. A primeira, se a mudança é necessária ou contingente; a segunda, em relação ao seu grau de intencionalidade por parte dos agentes partidários; e a terceira, diz respeito à origem da mudança, se é endógena ou exógena.

Assim, como o autor, neste estudo não se analisa a mudança ocorrida no (P)MDB paraibano considerando-se apenas uma dessas teorias. Na primeira questão, se for levado em consideração a premissa atribuída por Sartori (1982), de que toda organização partidária quando alcança uma certa estabilidade eleitoral, tende a ser alvo de conflitos internos, poder-se-ia afirmar que a mudança ocorrida era necessária e fazia parte da evolução do partido. Por outro lado, o que parece ter havido no (P)MDB é que com a morte do então governador Antônio Mariz e, conseqüentemente, com a ascensão do seu vice José Maranhão ao governo do estado, novas alianças foram se formando dentro do partido, passando a surgir conflitos de interesses, principalmente, no que tange à participação dos correligionários na formação do governo.

Maranhão ao se tornar governador, apesar de manter alguns compromissos que foram firmados pelo seu antecessor, tratou de formar a sua própria equipe de governo, o que desagradou a alguns de seus companheiros de partido. Os conflitos se estenderam até o legislativo e nas relações com outras agremiações.

Em relação a segunda questão, a mudança organizativa pela qual o (P)MDB foi submetido, não pode ser considerada como intencional, foi resultado de transformações, tanto no ambiente interno, quanto externo.

Mas, para o presente estudo, a análise da terceira questão é a que mais interessa, buscando analisar se a mudança ocorrida foi exógena ou endógena. Pode-se afirmar que foi uma junção de ambas. O (P)MDB paraibano, assim como o nacional, no final da

década de 1990, já não possuía as mesmas características daquele que fez oposição à Ditadura Militar. Apesar do partido em âmbito local nunca ter se alinhado ideologicamente com o nacional, muitos dos seus membros, que não foram filiados a outros partidos políticos, passaram a criar uma identidade com a organização. Ocorre que, com a redemocratização e, conseqüentemente, com o surgimento e consolidação de novos partidos, o (P)MDB tanto perdeu membros, quanto passou a atrair o que Panebianco (2005) denomina de políticos carreiristas. Com o ingresso desses novos membros, a necessidade de distribuição de interesses seletivos passou a ser maior do que de interesses coletivos, o que aprimorou, ainda mais, a disputa entre os grupos internos, fazendo com que passassem a se fortalecer e atuarem de forma mais organizada, resultando no surgimento das duas facções aqui estudadas.

Em outras palavras, o (P)MDB paraibano passou a agregar membros que não eram originalmente ligados à política, em sua maioria, empresários que objetivavam utilizar o poder eleitoral do partido para concorrer a cargos públicos. Esses novos integrantes, não conseguiam ter acesso, de início, à coalizão dominante, sendo assim, iam se dividindo entre os grupos, atraídos pelos incentivos seletivos e, os ajudando a se fortalecer.

Diferentemente de outras organizações partidárias, a mudança organizativa do (P)MDB não surgiu em decorrência de uma crise externa pela qual o partido atravessava, pelo contrário, quando houve a ruptura da coalizão dominante do partido, este encontrava-se no auge da hegemonia política e eleitoral no estado, o que reforça a premissa determinada por Sartori (1982).

A disputa intrapartidária no (P)MDB paraibano no final da década de 1990, chama especial atenção, em decorrência dos conflitos ultrapassarem as fronteiras do partido. Eram constantes os ataques entre as duas facções na imprensa local, na Câmara dos Deputados, na Assembleia Legislativas e até nas Câmaras de Vereadores dos municípios maiores, como João Pessoa e Campina Grande.

As duas facções não dividiam apenas os membros dos partidos, mas também, os de outros partidos aliados. Era comum, a exemplo do PT, que em Campina Grande tivesse uma aproximação com os ronaldistas, enquanto que em João Pessoa, eram aliados dos maranhistas.

A disputa ia além, como o município de Campina Grande era considerado reduto eleitoral de Ronaldo Cunha Lima, e João Pessoa tinha uma forte influência de José Maranhão, era comum nas eleições municipais, as facções prestarem apoio informal ao partido adversário, como tentativa de derrotar o candidato apoiado pelo líder da facção

contrária. Atitudes como essas contribuíram para o fortalecimento de partidos como PFL, PDT, PPB, PSDB e PDT, levando, inclusive, a Revista A SEMANA *apud* Mello (2010), ainda no ano de 1999, a antecipar a crise que o (P)MDB passaria a enfrentar anos depois:

Se tantos partidos saíram ganhando, faz-se necessário perguntar: Quem saiu perdendo nessa corrida? Fica fácil responder: o PMDB. Em todo o Estado, foram muitas as adesões de prefeitos e vereadores peemedebistas a outras legendas. A briga entre os grupos do governador José Maranhão e do Senador Ronaldo Cunha Lima tem provocado estragos de proporções incalculáveis ao Partido (A SEMANA *apud* MELLO, 2010, p. 257).

Além de ter contribuído para o fortalecimento de outras organizações, a disputa entre maranhistas e ronaldistas, fez com que nenhum político (p)emedebista paraibano fosse indicado para assumir um cargo de grande relevância, tanto político, quanto no diretório nacional, mesmo sendo uma das maiores bases do partido, haja vista, não haver consenso na indicação. Ademais, a bancada (p)emedebista paraibana, que era a maior do estado, viu por mais de uma vez, recursos serem destinados aos outros estados, por não haver uma convergência dos partidários na hora da votação.

Como pode ser observado nas Tabelas 15, 16 e no Gráfico 6, a disputa entre as facções e o conseqüente rompimento do grupo Cunha Lima com o partido em 2001, afetou a hegemonia conquistada pelo (P)MDB paraibano nas últimas décadas, fazendo com que o mesmo sofresse a sua primeira derrota para o executivo estadual em 16 anos, justamente para os seus ex-membros, agora filiados ao PSDB, que passou a protagonizar o cenário político estadual (vide Tabelas 16 e 17).

Tabela 15- Números de cargos eletivos ocupados pelo (P)MDB paraibano nas eleições de 1986 a 2022

Eleições	Deputados estaduais/cadeiras	Deputados federais/cadeiras	Senador	Governador
1986	17/36	7/12	2	1
1990	8/36	7/12	1	1
1994	19/36	7/12	2	1
1998	16/36	4/12	1	1
2002	8/36	2/12	1	0
2006	8/36	3/12	0	0
2010	9/36	5/12	1	0
2014	4/36	3/12	1	0
2018	1/36	0/12	0	0
2022	2/36	0/12	0	0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Tabela 16- Números de cargos eletivos ocupados pelo (P)MDB paraibano nas eleições municipais entre os anos de 1982 a 2020

Eleições	Prefeitos	Vereadores
1982	34	434
1988	58	625
1992	72	759
1996	101	802
2000	83	728
2004	47	300
2008	60	415
2012	58	388
2016	31	279
2020	10	139

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Tabela 17- Números de cargos eletivos ocupados pelo PSDB paraibano nas eleições de 1990 a 2006

Eleições	Deputados estaduais/cadeiras	Deputados federais/cadeiras	Senador	Governador
1990	0/36	0/12	0	0
1994	0/36	0/12	0	0
1998	5/36	1/12	0	0
2002	10/36	3/12	0	1
2006	9/36	3/12	1	1

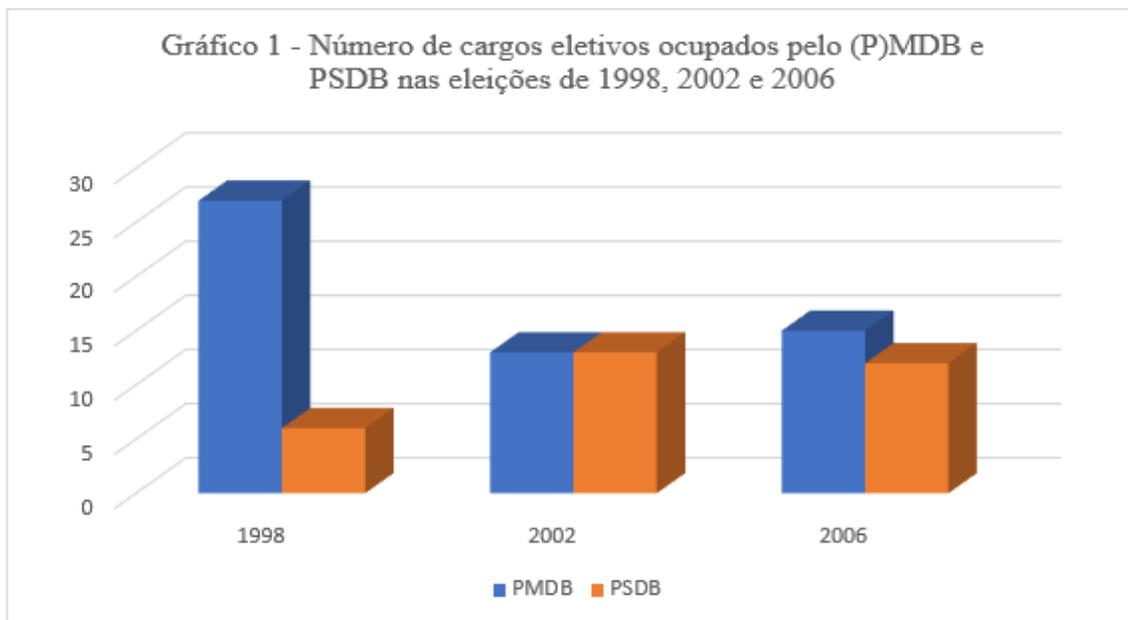
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Tabela 18 - Números de cargos eletivos ocupados pelo PSDB paraibano nas eleições municipais entre os anos de 1988 a 2008

Eleições	Prefeitos	Vereadores
1988	0	2
1992	8	117
1996	22	267
2000	23	274
2004	44	328
2008	41	314

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Gráfico 5-Número de cargos eletivos ocupados pelo (P)MDB e PSDB nas eleições de 1998, 2002 e 2006



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

O (P)MDB vem enfrentando uma crise política e eleitoral nos últimos 20 anos, sem nunca mais ter conseguido eleger um governador, mesmo concorrendo ao cargo em todas as eleições. Em 2018 o partido elegeu apenas 1 deputado estadual, ficando, pela primeira vez em sua história, sem um representante do estado na Câmara dos Deputados. Nas eleições de 2020, também só conseguiu eleger 10 prefeitos, ficando apenas com um terço das prefeituras que adquiriu em 2016. Por fim, em 2022, apesar de ter aumentado uma cadeira na Assembleia Legislativa, ficou, pela segunda vez consecutiva, sem um representante na Câmara dos Deputados, bem com, amargou a pior colocação desde a sua fundação, concorrendo ao cargo do governo do estado, onde ficou em 4º lugar, com apenas 17,11% do votos.

Tabela 19 - Resultado do 1º turno das eleições de 2022, para o cargo de Governador do estado da Paraíba

Candidato	Partido	Votos	Percentual
João Azevedo	PSB	863.174	39,65%
Pedro Cunha Lima	PSDB	520.155	23,90%
Nilvan Ferreira	PL	406.604	18,68%
Veneziano Vital do Rêgo	(P)MDB	373.511	17,16%
Adjany Simplício	PSOL	9.567	0,44%
Major Fábio	PRTB	2.455	0,11%
Antônio Nascimento	PSTU	978	0,04%
Adriano Trajano	PCO	280	0,01%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Embora o (P)MDB nacional, após a redemocratização, também tenha sofrido uma redução nos seus números e em importância no cenário nacional, pode-se verificar, através das Tabelas 20 e 21, que existe um certo equilíbrio entre os números, havendo perdas e ganhos no decorrer dos anos, como acontece com as demais organizações partidárias. Em contrapartida, a nível estadual, o partido apresenta números decrescentes a cada eleição, com exceção, apenas, dos pleitos de 2008 e 2010, quando apresentou uma discreta recuperação (vide tabelas 15 e 16).

Tabela 20- Números de cargos eletivos ocupados pelo (P)MDB nas eleições de 1994 a 2022

Eleições	Deputados Estaduais	Deputados Federais	Senadores	Governadores
1994	205	107	14	9
1998	158	73	12	5
2002	92	64	9	5
2006	147	71	4	7
2010	135	78	14	5
2014	142	65	5	7
2018	92	34	7	3
2022	94	41	1	3

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Tabela 21-Números de cargos eletivos ocupados pelo (P)MDB nacional e paraibano, nas eleições municipais entre os anos de 1996 a 2020

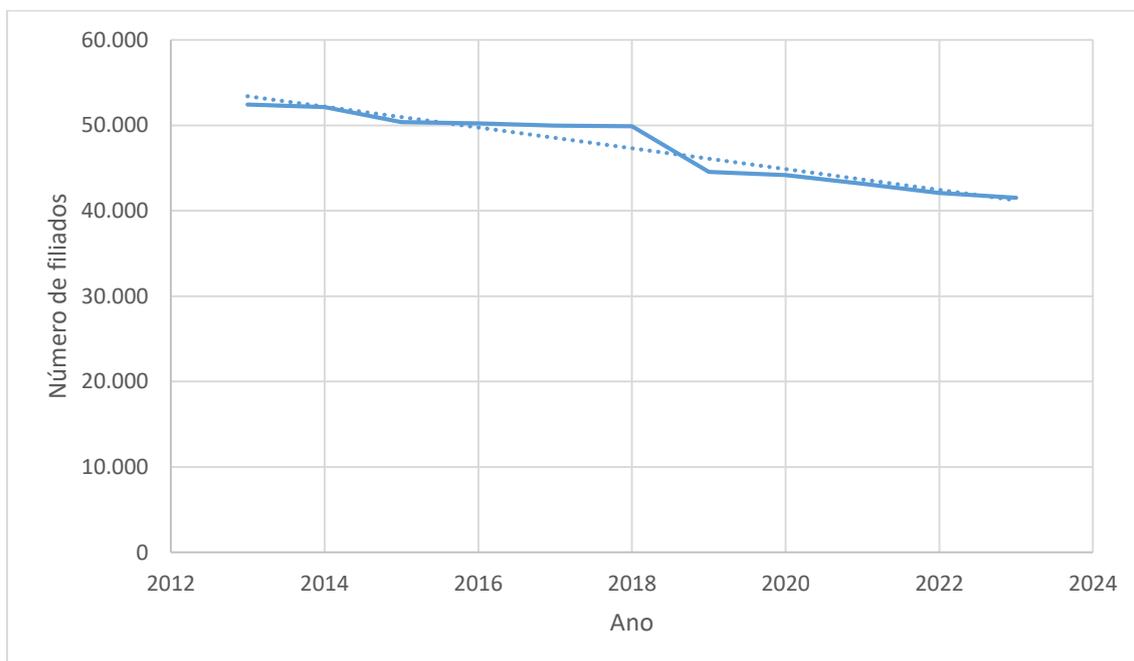
Eleições	Prefeitos		Vereadores	
	Brasil	Paraíba	Brasil	Paraíba
1996	1306	101	9343	802
2000	1256	83	9150	728
2004	1059	47	6471	300
2008	1264	60	8655	415
2012	1038	58	7960	388
2016	1043	31	7555	279
2020	792	10	7323	139

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Portanto, pode-se considerar que a disputa intrapartidária entre as facções maranhistas x ronaldistas, que se iniciou lá em meados da década de 1990, e as que sucederam, causaram enormes prejuízos para o (P)MDB paraibano, haja vista, ter ocasionado uma instabilidade política e uma perda de aliados com grande potencial eleitoral, o que fez com que o partido enfrentasse um período de recessão nas duas últimas décadas e continuasse a perder outros membros de tradição dentro do partido, como ocorreu recentemente com os políticos Raimundo Lira, Manoel Júnior e Hugo Motta, além da redução no número de filiados, que saiu de 52.416 em 2013 para 41.519 em 2023 (vide gráfico 7), o que corresponde a uma redução de aproximadamente 21% em 10 anos, representando um verdadeiro esvaziamento do partido.²⁸

²⁸ BERTONI, Estevão. Esvaziado e com poucos aliados, MDB tenta voltar ao poder na Paraíba. **Veja**, [S. l.], 18 ago. 2018. Política. Disponível em: <http://www.veja.abril.com.br>. Acesso em: 13 fevereiro de 2022.

Gráfico 6-Número de filiados do (P)MDB paraibano entre os anos de 2013 e 2023



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Ao traçar uma linha paralela com o diretório do estado vizinho Ceará, que, de acordo com Pessoa Júnior (2019, p. 92), sempre foi marcado pela coesão e estabilidade da coalizão dominante, observa-se que, os conflitos intrapartidários enfrentados pelo (P)MDB cearense, no final da década de 1980 e início da década de 1990, foram oriundos do ingresso de novos membros, políticos ligados ao mundo empresarial, que, diante do aumento dos incentivos seletivos, fizeram com que o partido se dividisse em diversas facções. Porém, apesar da organização ter tido a sua estabilidade afetada, os integrantes históricos continuaram aliados, conseguindo recuperar a coesão da coalizão dominante e, conseqüentemente, forçar a saída desses novos integrantes, como foi o caso de Tarso Jereissati, que acabou por migrar para o PSDB.

O mesmo não ocorreu com o (P)MDB paraibano, como se pode observar no decorrer desse estudo. Na Paraíba, o partido se dividiu entre duas facções lideradas por dois membros históricos, que estavam no partido desde a sua fundação, e que possuíam uma grande influência eleitoral, principalmente, Ronaldo Cunha Lima, que à época era considerado um dos políticos mais influentes do estado, tendo em Campina Grande, segundo maior colégio eleitoral da Paraíba, o seu reduto eleitoral.

Sendo assim, verifica-se que, no Ceará, a saída de alguns líderes de facções fez com que o partido conseguisse recuperar a coesão de sua coalizão dominante, apesar de também ter sofrido uma redução no número de parlamentares, mas nada que afetasse a sua importância política e eleitoral dentro do estado, tendo se consolidado como o principal adversário do PSDB, partido governista, e mantido uma relativa estabilidade nas disputas eleitorais na década de 1990 e início da década de 2000 (Pessoa Júnior, 2019, p. 101). No entanto, na Paraíba, o desfecho dos conflitos intrapartidários foi totalmente diferente, a saída do grupo Cunha Lima para o PSDB, que à época encontrava-se em total evidência, trouxe resultados catastróficos para o partido, principalmente sobre o aspecto eleitoral, perdendo não só a sua hegemonia política, mas, também o protagonismo, sendo ultrapassado por outros partidos, até mesmo na condição de oposição.

Apesar do (P)MDB a nível nacional, também vir enfrentando uma crise e uma redução de seus cargos nos últimos anos, nas eleições de 2022 o partido apresentou uma relativa melhora, aumentando, inclusive a sua bancada na Câmara dos Deputados. Ou seja, como também ocorreu com outros partidos tradicionais, a exemplo do PT e PSDB, até mesmo em decorrência de uma crise institucional enfrentada pelo país, é comum que haja uma alternância de números de cargos em cada eleição. Porém, conforme os dados apresentados durante a pesquisa, verifica-se que o (P)MDB paraibano praticamente sucumbiu após a cisão do partido e a consequente perda de alguns de seus membros históricos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O (P)MDB paraibano, a exemplo do partido como um todo, surgiu com o intuito de fazer oposição ao Regime Militar instalado no Brasil em 1964. Os seus membros fundadores eram, em sua maioria, oriundos de outros partidos políticos, especialmente do PTB, que, juntamente com outras organizações partidárias, foi extinto através do Ato Institucional nº 2, em 27 de outubro de 1965, que estabeleceu o bipartidarismo no Brasil.

Como o partido foi fundado por políticos oriundos de outras organizações, não havia uma identificação ideológica entre eles, muitos se filiaram ao (P)MDB por questões regionais, pois, em alguns casos, o principal adversário político já estava atrelado à ARENA. Sendo assim, era comum que alguns (p)emedebistas não fossem contrários ao Regime Militar, tendo como exemplo, um dos grandes nomes do partido na Paraíba, que era Ruy Carneiro, amigo e simpatizante dos militares.

No decorrer dos anos, com o enrijecimento da Ditadura Militar, o (P)MDB passou a atrair políticos oriundos de partidos comunistas, que se utilizavam da organização para conseguir participar mais efetivamente da política de maneira legal. O que tornou a instituição ainda mais heterogênea.

Sendo assim, por cerca de duas décadas, o (P)MDB paraibano atuava na arena eleitoral como mero coadjuvante, não conseguindo vencer nenhuma eleição para o cargo de governador até o ano de 1986. Porém, a partir deste ano, o partido alcançou uma hegemonia política e eleitoral no cenário paraibano, que perdurou até o início dos anos 2000. Durante esse período, o (P)MDB não só triunfava nas disputas pelos cargos majoritários, como também fazia expressa maioria na Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa e Câmara dos Vereadores da grande maioria dos municípios de pequeno a grande porte.

Ocorre que, com a derrota na disputa pelo governo do estado nas eleições de 2002 para um ex-(p)emedebista, Cássio Cunha Lima, o (P)MDB passou a enfrentar uma crise sem precedentes, sem conseguir eleger mais nenhum governador e chegando ao fatídico feito de, desde as eleições de 2018, não conseguir ter um representante na Câmara dos Deputados.

Diante do panorama exposto, este estudo teve como objetivo central investigar as o contexto de ascensão e queda na centralidade do (P)MDB paraibano no sistema partidário, podendo ser interpretadas como minimização da hegemonia política e eleitoral no estado. Para isso definiu-se três objetivos, o primeiro foi fazer um levantamento de

todos os cargos eletivos ocupados pelo partido desde a sua fundação no estado até os dias atuais. Com isso, verificou-se que o partido atingiu o seu ápice político e eleitoral entre os anos de 1986 e 1998, tendo neste último ano eclodido a cisão partidária entre os grupos maranhistas e ronaldistas, e passado a sofrer uma redução extrema dos cargos eletivos a partir do ano de 2002, após a migração do grupo Cunha Lima para o PSDB em 2001. Depois buscou-se fazer um comparativo entre o número de cargos eletivos ocupados pelo (P)MDB paraibano em relação às demais unidades federativas. Os dados mostraram o diretório paraibano era uma das maiores bases do partido na década de 1990 e início dos anos 2000, chegando a ocupar o segundo lugar em número de cargos eletivos nos anos de 1994 e 1998. Por fim, como terceiro objetivo, foi realizada uma análise aprofundada dos acontecimentos políticos e sociais mais relevantes, nos quais a organização teve participação direta. A partir daí, foi possível confrontar os resultados obtidos com a pesquisa bibliográfica, através da demonstração das disputas intrapartidária entre as facções lideradas por Ronaldo Cunha Lima e José Targino Maranhão. A descrição dos dados permite observar que o (P)MDB paraibano encontrava-se no ápice de sua hegemonia política/eleitoral e, a partir das disputas internas, que transcenderam as fronteiras do partido, culminando dentre outros fatos, com a perda de importantes aliados, a organização passou a enfrentar uma crise política e eleitoral, com uma redução expressiva do número de cargos eleitorais e, conseqüentemente, de importância junto ao diretório nacional.

As disputas intrapartidárias existem em todos os partidos políticos e são necessárias para o livre exercício da democracia no interior dessas instituições. Porém, como observou-se no decorrer desse estudo, o caso do (P)MDB paraibano foi além de um conflito entre facções, a crise interna transcendeu as fronteiras da organização, sendo assunto na imprensa local, nos debates nas casas legislativas e, até mesmo, em sede de outros partidos políticos.

As facções lideradas pelo então governador José Maranhão e o então senador, Ronaldo Cunha Lima, passaram a disputar o controle do que Panebianco (2005) denominou de *zonas de incertezas*, era comum a influência de cada grupo nos meios de comunicação, o incessante recrutamento de filiados ou de aliados políticos, como forma de fortalecer as facções era noticiado, quase que diariamente, na imprensa, o financiamento e a tentativa de dominar o ambiente eleitoral se retratava nas negociações com bases políticas/eleitorais dos municípios, principalmente, daqueles considerados decisivos nos resultados das eleições estaduais. A partir de meados da década de 1990,

mais precisamente, do ano de 1998, a Paraíba estava dividida entre duas facções, a situação e principal oposição do estado, pertencia a um mesmo partido político.

Os conflitos entre maranhistas e ronaldistas passaram a prejudicar o diretório estadual diante da executiva nacional, a alta cúpula não queria se envolver nos problemas regionais e acabara por favorecer outros diretórios, quando se tratava de indicação de algum membro para ocupar algum cargo político de âmbito federal ou dentro do próprio partido. A falta de consenso nas votações de projetos na Câmara dos Deputados também fez com que o estado passasse a ter menos recursos destinados, além, das dificuldades enfrentadas pelo governo estadual em negociar com o legislativo, haja vista, apesar do (P)MDB ocupar a maioria das cadeiras, os deputados estavam divididos entre as duas facções.

Ademais, os conflitos se estendiam mais visivelmente para os municípios de João Pessoa e Campina Grande, os dois maiores colégios eleitorais do estado, que estavam atrelados, respectivamente, aos maranhistas e ronaldistas. Como já dito, era comum o (P)MDB do então Senador Ronaldo Cunha Lima celebrar alianças informais com os partidos de oposição de João Pessoa, como forma de tentar derrotar os maranhistas no município, bem como, o (P)MDB do então Governador José Maranhão prestar apoio à oposição em Campina Grande, para tentar derrotar os ronaldistas. Foi diante desse cenário, que outras organizações partidárias, até então, sem grande relevância no âmbito estadual, foi ganhando espaço, como exemplo o PDT, PSDB e PFL.

Além dos fatores já mencionados, no ano de 2001, vendo que já não conseguia mais obter o controle das chamadas *zonas de incertezas*, dentro do (P)MDB, o Senador Ronaldo Cunha Lima resolve abandonar o partido e, juntamente, com o seu grupo, migrar para o PSDB. O aludido político era na época o maior angariador de votos do estado da Paraíba e tinha em sua volta outros políticos de enorme prestígio estadual, tanto na esfera legislativa, quanto nos municípios de grande a pequeno porte, que seguiram o seu líder para a nova agremiação partidária.

É cediço que o (P)MDB nacional passou a enfrentar uma crise ainda na década de 1990, porém, quando se confronta os dados estatísticos nacionais com os estaduais, verifica-se que a nível nacional existe um certo equilíbrio, havendo perdas e ganhos no decorrer do ano, como acontece com outras organizações partidárias. Em contrapartida, o (P)MDB paraibano apresenta números negativos a cada eleição, não conseguindo, sequer levar os seus candidatos a governadores para a disputa do segundo turno, como aconteceu nas eleições de 2018 e 2022.

Traçando, ainda, um paralelo com outros estados da federação, a exemplo do Ceará, que também enfrentou conflitos intrapartidários, verificou-se que os desfechos foram diferentes, muito em decorrência de como se originou as facções em cada diretório. Enquanto que no (P)MDB cearense, as facções surgiram em decorrência do ingresso de um grupo de empresários, que passaram a distribuir incentivos seletivos aos filiados do partido, tendo os membros históricos se mantido uníssonos. Na Paraíba, as facções surgiram a partir dos próprios fundadores do diretório estadual. A diferença da origem desses grupos ocasionaram, também, resultados distintos no que tange à estabilidade de ambos os diretórios. No Ceará, a organização conseguiu forçar a saída do grupo empresarial, recuperando, assim, a coesão da coalizão dominante e mantendo o protagonismo político do partido no estado. Por outro lado, na Paraíba, a saída do grupo Cunha Lima para o PSDB, resultou em uma redução significativa do partido em todos os sentidos, e na perda de prestígio local e frente à cúpula nacional.

Sendo assim, diante da descrição da performance eleitoral do partido atrelada à interpretação dos fatos expostos, pode-se afirmar que os conflitos intrapartidários entre as facções maranhistas e ronaldistas, com a consequente cisão do partido no ano de 2001, que se deu com a saída do grupo Cunha Lima para o PSDB, estabeleceram a crise político/eleitoral no (P)MDB, instituída no início dos anos 2000 e que perdura até os dias atuais.

Como já dito anteriormente, esta pesquisa não tem como escopo encerrar a discussão acerca do tema proposto, pelo contrário, busca chamar atenção de outros pesquisadores da Ciência Política, sobre a importância de estudar as relações internas dos partidos políticos, principalmente os conflitos intrapartidários e os seus desdobramentos para estabilidade dessas organizações, ainda mais, no âmbito regional.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA. Publicações do Memorial da Assembleia Legislativa da Paraíba. Disponível em <<https://www.al.pb.leg.br/paginamemorial>>. Acesso em 14 de fevereiro de 2022.

BARBOSA, Tiago Alexandre Leme. **Dirigentes partidários e parlamentares do PMDB no Mato Grosso Do Sul (1980-2012): uma análise da origem social dos membros da comissão executiva, deputados estaduais e federais eleitos no estado.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 17-98. 2014.

BERTONI, Estevão. Esvaziado e com poucos aliados, MDB tenta voltar ao poder na Paraíba. **Veja**, [S. l.], 18 ago. 2018. Política. Disponível em: <http://www.veja.abril.com.br>. Acesso em: 13 fevereiro de 2022.

BIZARRO NETO, Fernando Augusto. 2013. **PMDB: Organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010).** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 23-199. 2013.

BRASIL. **Ato Institucional nº 2**, de 27 de outubro de 1962. Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Brasília-DF, out. 1965.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5**, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília-DF, dez. 1968.

CARVALHO, Guilherme Augusto Batista. **Do MDB ao MDB: um mapeamento da atuação parlamentar.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Goiás. Goiânia, p. 4-96. 2019.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO (DHBB/CPDOC). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Verbetes temáticos e bibliográficos. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbeta-biografico>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2022.

DUVERGER, Maurice. **OS PARTIDOS POLÍTICOS.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FERREIRA, Denise Paiva. **PFL X PMDB: Marchas e contramarchas (1982-2000).** Goiânia: Alternativa, 2002.

FERREIRA, Edilene; LIMA, Diana; ANDRADE, Niedja. Campestre: o dia que Maranhão e Ronaldo Cunha Lima dividiram a política da Paraíba. **Paraíba Já**. 09 de fev. de 2021. Disponível em: <https://paraibaja.com.br/campestre-o-dia-que-ze-maranhao-e-ronaldo-cunha-lima-dividiram-a-politica-paraibana/>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2022.

Foguetes, balas e Justiça. **O Estado**. Fortaleza, 30 de jun. de 2008. Disponível em: <https://oestadoce.com.br/nacional/foguetesbalas-e-justica/>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2022.

Governador e senador da Paraíba disputam convenção acirrada. **Folha de Londrina**, Londrina, 13 jun. 1998. Disponível em: <http://www.folhadelondrina.com.br>. Acesso em: 11 fevereiro 2022.

MELLO, Octávio de Arruda. **Conflitos e Convergências nas eleições paraibanas de 1982, 2022 e 2006**. João Pessoa: Sebo Cultural, 2010.

_____. **Da Resistência ao Poder: o (P)MDB na Paraíba (1965/99)**. João Pessoa: EDUEP, 2010.

_____. Paraíba 2006: êxito cassista na revanche de 2022. **Revista do UNIPÊ**, João Pessoa, ano 11, n. 1, p. 87-101, 2007.

_____. **Ronaldo Cunha Lima: a trajetória de um vencedor (1936-2007)**. João Pessoa: Ideia, 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A formação do MDB e a influência do quadro partidário anterior**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 7-212. 1993.

PALMEIRA, André Franklin. A trajetória do MDB/PMDB e a política brasileira nas últimas décadas. **Revista Convergência crítica**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 7, p. 163-182, set./2015.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Pronunciamento de Ronaldo Cunha Lima. **Senado Federal**, Brasília, 18 jun. 1998. Disponível em: <http://www.25.senado.leg.br>. Acesso em: 12 fevereiro de 2022.

PESSOA JÚNIOR, José Raulino. O líder e a máquina: procedimentos informais como estratégia de poder no (P) MDB cearense. **Revista Teoria & Pesquisa**, São Carlos, v. 28, n. 1, p. 91-121, abr./2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.31068/tp.28104>. Acesso em: 15 setembro de 2021.

_____. **Articulação entre as instâncias partidárias: o caso do PMDB, PT e PSDB do Ceará nas eleições de 2012 e 2014**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 21-359. 2018.

RODRIGUES, Gonzaga; CASTRO, Ângela Bezerra de. **José Maranhão: uma vida de coerência**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, Emanuel Freitas da; FROTA, Francisco Horácio da Silva; SILVA, Maria Andréa Luz da. **Atores políticos e dinâmicas eleitorais**. Fortaleza: EDMETA, 2020.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA (TRE-PB). Resultados das eleições na Paraíba. Disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Eleições: estatísticas. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas>>. Acesso em: 9 fevereiro de 2022.

VAZ, Lúcio. Paraíba tem tentativa de compra de votos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 maio 1998. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 10 fevereiro de 2022.

Viola calibre 38. **Veja**. São Paulo, 10 de novembro de 1993, ed. 1.313, p. 32-37.